



**Global
Alliance**
of Territorial
Communities



Territórios de Povos Indígenas e Comunidades Locais na Linha de Frente:

Mapeando Ameaças e Soluções
nas Maiores Florestas Tropicais
do Mundo

Región: Amazônia

Territórios indígenas e comunidades locais na linha de frente:

“Nosso conhecimento tradicional é a expressão e a linguagem da nossa mãe terra. Esta mãe terra, seus recursos e ecossistemas devem ser protegidos para nossas gerações atuais e futuras.”

O mundo enfrenta crises interconectadas: mudanças climáticas, perda de biodiversidade, desigualdades e violações de direitos que ameaçam o planeta e o bem-estar da humanidade. Em nossos territórios, o aumento da pressão sobre nossas terras e recursos tem levado à degradação ambiental, à poluição, à grilagem de terras, ao deslocamento forçado, a ataques contra defensores de direitos, à pobreza e à migração de jovens. A Mãe Terra e seus recursos naturais são nossos meios de subsistência e não uma fonte de economia com efeitos adversos. Nossa Aliança reúne mais de 35 milhões de pessoas que são guardiãs de territórios, florestas e recursos, vivendo em mais de 24 países e defendendo mais de 958 milhões de hectares de florestas.

Nossas comunidades permanecem resilientes e desempenham um papel fundamental na proteção de vastos territórios tradicionais que abrigam uma parte significativa das florestas e ecossistemas intactos remanescentes do planeta, elementos essenciais para o sequestro de carbono e a preservação da biodiversidade. Somos, portanto, parceiros essenciais no combate à atual crise global. Não podemos desempenhar esse papel essencial se nossos territórios, nossos direitos, nossa identidade e nossos meios de subsistência estiverem sob extrema ameaça.

Ao reunir dados, mapeamentos e narrativas dos povos indígenas e das comunidades locais, este relatório se torna uma ferramenta importante para fortalecer nossa defesa do direito de viver em nossos territórios. Esta colaboração com a Earth Insight representa um primeiro passo em uma parceria contínua, voltada a fornecer avaliações regulares para compreender e enfrentar as ameaças extrativas que afetam os povos indígenas e as comunidades locais.

Joseph Itongwa
Copresidente da GATC, Coordenador Regional da Réseau des Populations Autochtones et Locales pour la Gestion des Écosystèmes Forestiers d’Afrique Centrale (REPALEAC)

Kleber Karipuna
Copresidente da GATC e Coordenador Executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB)

Juan Carlos Jintiach
Secretário Executivo da Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC)

Territórios indígenas e comunidades locais na linha de frente:



Carta da Earth Insight

É com profundo respeito e gratidão que apresentamos este relatório, criado em conjunto com a Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC). Este trabalho reflete a voz, a visão e a liderança coletiva dos povos indígenas e das comunidades locais que protegem as florestas e os ecossistemas mais vitais do mundo.

As descobertas apresentadas aqui não são apenas mapas, dados e análises. Também são testemunhos de realidades vividas, territórios sob crescente pressão das indústrias extrativas e, ainda assim, paisagens de esperança, resiliência e soluções. A GATC e seus membros estão na linha de frente das crises climática e da biodiversidade, defendendo a própria vida, muitas vezes sob grande risco pessoal.

Este relatório é também um chamado à ação. As evidências são claras: sem o reconhecimento urgente dos direitos territoriais, o respeito ao consentimento livre, prévio e informado e a proteção dos ecossistemas que sustentam todos nós, as metas globais de clima e biodiversidade não podem ser alcançadas. Ao mesmo tempo, devemos reconhecer e ampliar os modelos de administração e governança liderados pela comunidade que já nos apontam para um futuro justo e regenerativo.

Gostaríamos de agradecer aos nossos parceiros da GATC e organizações aliadas por sua confiança, sabedoria e comprometimento, bem como à equipe dedicada da Earth Insight. O trabalho incansável, criatividade e solidariedade dessas pessoas tornaram essa colaboração possível.

Que este relatório sirva não apenas como um alerta sobre as ameaças futuras, mas também como um convite à solidariedade, à escuta atenta e à ação com coragem.

M. Florencia Librizzi
Diretora Adjunta, Earth Insight

Tyson Miller
Diretor Executivo, Earth Insight

Sumário

Resumo executivo	07
Visão geral: resumos regionais	09
Introdução, escopo e abordagem metodológica	13
Contexto global	15
Amazon	20
Progressos e retrocessos do Corredor Yavarí-Tapiche	24
Ameaças ao território Waorani no Equador	28
Ameaças das terras agrícolas aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul	31
Entidades territoriais indígenas na Amazônia colombiana	33
Direcionando fluxos financeiros para a conservação e defesa territorial lideradas por indígenas	35
“Demarcação é mitigação”: o chamado dos povos indígenas do Brasil sobre as NDCs	37
Estrutura de soluções	40
Centralizando as Cinco Demandas da GATC: um roteiro a partir da Declaração de Brazzaville	41
Conclusão	45
Metodologia	46
Notas finais e referências	58

Agradecimentos: Este relatório foi escrito em coautoria pela Earth Insight e pela Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC), com a estreita colaboração de seus membros regionais - Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (AMAN, Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago, Indonésia), a Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques (AMPB, Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas), a Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA, Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica) e Réseau des Populations Autochtones et Locales pour la Gestion Durable des Écosystèmes Forestiers d’Afrique Centrale (REPALEAC, Rede de Comunidades Indígenas e Locais para a Gestão Sustentável de Ecossistemas Florestais na África Central). Somos profundamente gratos às federações, aos líderes indígenas e aos aliados que compartilharam dados, conhecimento, experiências e perspectivas. O comprometimento, a coragem e a liderança dessas pessoas tornaram este trabalho possível e continuam a inspirar ações coletivas para defender territórios, proteger a biodiversidade e promover soluções climáticas.

Citação sugerida:

Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC) e Earth Insight. (2025). Territórios indígenas e comunidades locais na linha de frente.

AVISO: O conteúdo deste documento é fornecido apenas para fins informativos. Os editores têm como objetivo oferecer ao público ferramentas e análises que ampliem a compreensão, fortaleçam as boas práticas e elevem as ambições voltadas à proteção da natureza, do clima e das pessoas. Este documento foi elaborado com base em informações de acesso público, cujas fontes foram citadas conforme a data do último acesso anterior à publicação. Os editores realizaram todos os esforços razoáveis para garantir a precisão das informações apresentadas. No entanto, mudanças ocorridas após a publicação podem afetar sua exatidão. Os editores não se responsabilizam pelo conteúdo de materiais de terceiros que possam estar incluídos neste documento. Caso identifique alguma informação neste documento que não esteja representada de forma precisa, entre em contato por meio do e-mail info@earth-insight.org, anexando as evidências relevantes e solicitando a correção. A Earth Insight analisará sua solicitação e fará as correções necessárias.

Imagens da capa: Cortesia da AMAN

Licença Creative Commons: Este trabalho está licenciado sob a licença Creative Commons CC BY-NC-ND 4.0 DEED – Atribuição–NãoComercial–SemDerivações 4.0 Internacional. Encontre uma cópia desta [licença aqui](#). Em caso de dúvidas, entre em contato pelo e-mail info@earth-insight.org

Resumo Executivo

Os povos indígenas e as comunidades locais (PIs e CLs) são responsáveis pela gestão de quase um bilhão de hectares de florestas tropicais, atuando como guardiões de territórios que regulam o clima global, sustentam a biodiversidade e incorporam a continuidade cultural e espiritual. Embora representem menos de 5% da população global, os povos indígenas e as comunidades locais protegem mais da metade das florestas intactas remanescentes do planeta e quase metade de todas as Áreas-Chave para a Biodiversidade. Apesar de seu papel comprovado como guardiões da natureza, seus territórios



Mulheres colhem nozes Maya (sementes de ramón) na floresta guatemalteca. Crédito da imagem: IUNW

enfrentam uma pressão sem precedentes. Em toda a região pantropical, as indústrias extrativas, o agronegócio, a exploração madeireira e os projetos de infraestrutura, frequentemente justificados por agendas nacionais de desenvolvimento e até pela chamada transição verde, estão degradando rapidamente as terras ancestrais, comprometendo a estabilidade do clima e colocando em risco os direitos humanos. Embora este relatório se concentre em quatro regiões principais, essas ameaças refletem padrões globais mais amplos de pressão extrativa sobre terras indígenas. Este relatório, cocriado pela Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC) e pela Earth Insight, combina análise geoespacial, dados comunitários e estudos de caso para mapear a magnitude dessas ameaças e a resiliência das soluções lideradas por indígenas em quatro regiões: Amazônia, Região do Congo, Indonésia e Mesoamérica. Juntas, essas regiões abrangem 958 milhões de hectares de florestas e sustentam os meios de subsistência de 35 milhões de PIs e CLs.

A escala das ameaças nessas regiões é preocupante. Na Amazônia, aproximadamente 9,8 milhões de hectares de terras indígenas e comunitárias são sobrepostas por concessões de mineração e 31 milhões de hectares (12%) de territórios indígenas são sobrepostos por blocos de petróleo e gás , expondo povos como os Waorani à poluição e ao deslocamento. Na região do Congo, 38% das florestas comunitárias são sobrepostas por blocos de petróleo e gás , e turfeiras essenciais para o armazenamento global de carbono estão ameaçadas por novos licenciamentos. Na Indonésia, mais de 18% dos territórios indígenas enfrentam sobreposição de concessões com a indústria madeireira, e comunidades como a O’Hongana Manyawa estão sob ameaça existencial devido à extração de níquel. Na Mesoamérica, quase 4 milhões de hectares estão sob pressão de blocos de petróleo e gás, e 19 milhões de hectares (17%) sob concessões de mineração. A região da Mosquitia, conhecida como a “Pequena Amazônia”, enfrenta narcotráfico desenfreado e processos de colonização.

Essas ameaças das indústrias extrativas vão além das fronteiras territoriais. Entre 2012 e 2024, pelo menos 1.692 defensores ambientais foram assassinados ou desapareceram nos países da GATC . Destes, 208 assassinatos foram ligados às indústrias extrativas e outros 131 à exploração madeireira.

Diante dessas ameaças existenciais, os povos indígenas e as comunidades locais continuam não apenas a resistir, mas também a promover consistentemente soluções baseadas em governança inclusiva, gestão coletiva e práticas regenerativas. No arquipélago de Wallacea, na Indonésia (Ilha de Flores), as comunidades Gendang Ngkiong recuperaram 892 hectares de terras consuetudinárias por meio de mapeamento participativo e novas reformas do direito consuetudinário, garantindo o reconhecimento e fortalecendo a governança territorial. Na Reserva da Biosfera Maia, na Guatemala, as concessões florestais comunitárias alcançam quase zero desmatamento, ao mesmo tempo em que promovem meios de vida resilientes. Na Colômbia, as Entidades Territoriais Indígenas mantêm mais de 99% de suas florestas intactas. E na Região do Congo, a histórica Lei dos Pigmeus de 2022 sinaliza um modelo de governança mais justo e inclusivo. A gestão indígena se mostra consistentemente mais eficaz do que a gestão estatal ou privada, mas sem reconhecimento e proteção, os fundamentos ecológicos e culturais desses territórios continuam em risco.

O caminho a seguir é claro, baseado nas **Cinco Demandas da GATC**, que são reafirmadas e ampliadas através da **Declaração de Brazzaville**:

1. Garantir e reconhecer os direitos territoriais indígenas é fundamental para a estabilidade do clima e da biodiversidade a longo prazo.
2. Garantir o consentimento livre, prévio e informado em todos os projetos é inegociável, e a extração de combustíveis fósseis, a mineração, a agricultura industrial e outras atividades destrutivas não têm lugar em territórios indígenas sem consentimento.
3. O financiamento direto deve chegar às próprias comunidades, em vez de passar por intermediários, para que o financiamento climático e de conservação possa fortalecer a governança territorial.
4. Proteger a vida acabando com a violência, a criminalização e a perseguição de líderes é essencial para a continuidade da gestão responsável.
5. O conhecimento indígena, os sistemas de governança e os direitos culturais devem ser integrados às políticas e acordos sobre biodiversidade, clima e desenvolvimento sustentável.

Este relatório é tanto um aviso quanto um convite. Sem uma ação decisiva para defender os direitos e apoiar a gestão liderada pelos indígenas, a humanidade não conseguirá atingir suas metas climáticas e de biodiversidade. No entanto, ao seguir a liderança daqueles que protegeram esses ecossistemas por gerações, o mundo tem um roteiro viável para a regeneração. O futuro das florestas tropicais do mundo, e do clima que compartilhamos como humanidade, dependerá de governos, financiadores e instituições globais colocarem esse conhecimento em prática.

Visão geral: resumos regionais

Amazônia

Trinta por cento da Amazônia (250 milhões de hectares [Mha]) é composta por terras de Pls e CLs. Treze por cento (31 Mha) estão ameaçados pelo petróleo e gás, 9,8 Mha pela mineração e 2,4 Mha pela exploração madeireira.

Estudos de caso sobre ameaças territoriais

- **Corredor Yavari-Tapiche (Peru/Brasil):** O corredor proposto de 16 Mha para Povos Indígenas em Isolamento Voluntário (PIACI) mantém 99% de floresta intacta, mas enfrenta projetos sobrepostos de petróleo, gás, mineração, exploração madeireira e estradas; o Peru não reconheceu reservas importantes, colocando em risco as populações vulneráveis dos PIACI.
- **Território Waorani (Equador):** Sessenta e quatro por cento dos 800 mil hectares de território indígena estão sobrepostos a blocos de petróleo, expondo as comunidades indígenas a crises de saúde e à perda de biodiversidade.
- **Mato Grosso do Sul (Brasil):** Cinquenta e oito por cento, ou 21 milhões de hectares, do Mato Grosso do Sul e 30% dos territórios indígenas são atualmente cobertos por terras agrícolas.

Estudos de caso sobre soluções territoriais

- **Entidades Territoriais Indígenas (ETIs) na Colômbia:** Vinte e cinco ETIs que buscam reconhecimento formal cobrem 36% da Amazônia colombiana, mantendo 99,5% de floresta intacta.
- **Mecanismos financeiros liderados por indígenas:** Iniciativas como o Fundo Podáali estão redirecionando o financiamento climático e de conservação diretamente para organizações indígenas, apoiando a defesa territorial e a resiliência comunitária.
- **NDC dos Povos Indígenas:** Os povos indígenas do Brasil lançaram uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) Indígena para promover uma estratégia climática conduzida pela comunidade que vincula os direitos territoriais à proteção florestal, à ação climática e à transição justa.

Região do Congo

As florestas comunitárias protegem quase 7 Mha (2% da região), mas 38% estão ameaçadas por petróleo e gás, 42% pela mineração e 6% pela exploração madeireira industrial.

Estudos de caso sobre ameaças territoriais

- **Paisagem TRIDOM (República do Congo, Gabão e Camarões):** Nesta região de 17,8 milhões de hectares, que abriga 97% de floresta primária intacta e mais de 10 mil pessoas indígenas, há 55% de sobreposição com concessões de exploração madeireira e 32% com concessões de mineração. As florestas comunitárias estão sob pressão crescente.
- **Turfeiras de Cuvette Centrale (República Democrática do Congo [RDC]):** O licenciamento de petróleo se sobrepõe a 99% das florestas comunitárias, ameaçando um sumidouro de carbono globalmente crítico de 30 bilhões de toneladas, ao mesmo tempo em que prejudica a segurança alimentar e a sobrevivência cultural.

Estudos de caso sobre soluções territoriais

- **Paisagem TRIDOM (República do Congo, Gabão e Camarões):** Nesta região de 17,8 milhões de hectares, que abriga 97% de floresta primária intacta e mais de 10 mil pessoas indígenas, há 55% de sobreposição com concessões de exploração madeireira e 32% com concessões de mineração. As florestas comunitárias estão sob pressão crescente.
- **Turfeiras de Cuvette Centrale (República Democrática do Congo [RDC]):** O licenciamento de petróleo se sobrepõe a 99% das florestas comunitárias, ameaçando um sumidouro de carbono globalmente crítico de 30 bilhões de toneladas, ao mesmo tempo em que prejudica a segurança alimentar e a sobrevivência cultural.



Acampamento madeireiro na República Democrática do Congo, nas vastas florestas de turfeiras ricas em carbono ao redor de Lokólama/Penzele, na Bacia do Congo. Crédito da imagem: © Daniel Beltrá / Greenpeace

Processamento de metais pesados localizado na província de Maluku do Norte. Crédito da imagem: Yudi Nofiandi via Auriga



Indonésia

Dezessete por cento (33,6 Mha) do país é coberto por terras indígenas. As ameaças às terras indígenas incluem 5% (1,6 Mha) de sobreposição com concessões de petróleo e gás, 3% (0,9 Mha) com mineração, e 18% (6 Mha) com concessões madeireiras.

Estudos de caso sobre ameaças territoriais

- **Mineração de níquel para a transição energética (Ilhas Molucas do Norte):** Mais de 65 mil hectares do território indígena O'Hongana Manyawa estão sobrepostos por concessões de mineração.
- **Desenvolvimento geotérmico no território Pocoleok (Ilha de Flores):** mais de 2 mil hectares de terras tradicionais no território Pocoleok estão incluídos em áreas de exploração geotérmica. Os projetos, aprovados sem o consentimento livre, prévio e informado, ameaçam sistemas bioculturais como Gendang One e Lingko'n Peang.
- **Expansão da Toba Pulp Lestari (TPL) (Sumatra):** Concessões florestais cobrem mais de 31.000 hectares de terras indígenas e há criminalização, intimidação e destruição contínuas de locais sagrados, com mulheres indígenas liderando a resistência na linha de frente.

Estudos de caso sobre soluções territoriais

- **Arquipélago de Wallacea (Ilha de Flores):** As comunidades Gendang Ngkiong recuperaram 892 hectares de terras consuetudinárias apoiadas por mapeamento participativo e reformas legais, garantindo o reconhecimento sob novas regulamentações de direito consuetudinário.
- **Resistência persistente em Sumatra:** A comunidade Ompu Umbak Siallagan conquistou o reconhecimento legal de suas terras consuetudinárias após décadas de luta contra as concessões de celulose, apoiada pela AMAN e aliados.



Infraestrutura de mineração na Guatemala.
Crédito da imagem: Getty Images - Brian Lawless/PA Images

Mesoamérica

Petróleo e gás ameaçam 3,7 Mha de terras de Pls e CLs, enquanto concessões de mineração ameaçam 18,7 Mha (17%) de terras de Pls e CLs. Projetos de reflorestamento e coletivos regionais estão protegendo ativamente as florestas, com algumas terras apresentando perda florestal de 1,5% em dez anos – sete vezes menos que as médias nacionais.

Estudos de caso sobre ameaças territoriais

- **Mosquitia (Honduras/Nicarágua):** A “Pequena Amazônia” enfrenta fortes pressões do narcotráfico, do desmatamento e da fragilidade da governança. As atividades de petróleo, mineração e agricultura se sobrepõem a milhões de hectares de terras comunitárias.
- **Sierra Norte de Puebla (México):** as comunidades resistem à mineração de ouro e prata, ao fraturamento hidráulico (fracking) e a megaprojetos de transmissão, enquanto mais de 14 mil hectares de terras ejidais estão ameaçados. Embora algumas concessões estejam suspensas devido a desafios legais, os legados tóxicos dos poços de fracking persistem.

Estudos de caso sobre soluções territoriais

- **Florestas comunitárias em El Petén (Guatemala):** A Associação de Comunidades Florestais de Petén (ACOFOP) administra 480.000 ha na Reserva da Biosfera Maia, mantendo o desmatamento próximo de zero (1,5% entre 2014 e 2024) e criando fluxos de renda sustentáveis. Jovens, mulheres e assembleias impulsionam a governança, demonstrando um modelo replicável de manejo florestal comunitário.
- **Autonomia e gestão baseada em direitos em Gunayala (Panamá):** O território autônomo de Gunayala adota um modelo sustentável de turismo ecológico, em que governança ancestral, terra e cultura são inseparáveis. Governado pelo direito consuetudinário e pela cosmovisão, o território opera sob acordos comunitários que honram protocolos ecológicos e culturais.

Introdução, escopo e abordagem metodológica



Homens indígenas marcando uma árvore como parte de um projeto de gestão florestal comunitária na África Central. Crédito da imagem: REPALEAC

Os povos indígenas e as comunidades locais estão na linha de frente de muitos dos sistemas ecológicos mais críticos do mundo. Seus territórios têm imensa importância cultural e ecológica, biodiversidade e resiliência climática, mas estão cada vez mais pressionados pela indústria extrativa e pela demanda por terras e recursos. Este relatório parte dessa realidade: o futuro dos territórios indígenas em toda a região pantropical e além é inseparável do futuro dos povos que chamam esses lugares de lar.

Este relatório combina análise geoespacial, revisão de literatura e consultas e dados informados pela comunidade para avaliar ameaças aos povos indígenas e comunidades locais em quatro regiões-chave de florestas tropicais: Amazônia, Região do Congo, Indonésia e Mesoamérica. O relatório mapeia as pressões industriais, especificamente as de petróleo, gás, mineração, agricultura, exploração madeireira e infraestrutura, ao mesmo tempo em que destaca soluções lideradas por povos indígenas e comunidades locais e apresenta recomendações globais e regionais. Cada seção regional é organizada em torno de duas perspectivas complementares: **ameaças territoriais e soluções territoriais**. Os estudos de caso sobre ameaças territoriais analisam as pressões industriais sobre os territórios indígenas, a biodiversidade e o clima, enquanto as soluções territoriais apresentam estratégias indígenas que protegem terras, restauram ecossistemas e promovem ações climáticas, enfatizando a gestão eficaz, a governança e os meios de subsistência sustentáveis.



Os vice-ministros do Meio Ambiente do governo peruano se reúnem com representantes de grupos indígenas locais. Crédito da imagem: Flickr - Ministério do Meio Ambiente

O foco do relatório nas regiões da Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC) reflete tanto a importância ecológica das terras que a aliança representa quanto a legitimidade dos membros da GATC. A GATC representa 35 milhões de povos indígenas e comunidades locais em 24 países que administram mais de 958 milhões de hectares de florestas. Os mapas de ameaças regionais são acompanhados de estudos de caso e narrativas de resistência e regeneração, ressaltando a liderança e a capacidade de governança dos PIs e das CLs como elementos essenciais para as soluções climáticas e de biodiversidade.

Há inúmeras variações na documentação e no status de posse das terras de PIs e CLs, bem como na disponibilidade de dados e no contexto político entre as regiões e os países. As metodologias foram desenvolvidas e adaptadas de acordo com essas diferenças. Os dados espaciais sobre as terras reconhecidas de PIs e CLs foram utilizados sempre que disponíveis, enquanto os direitos comunitários sobre recursos, as terras não reconhecidas e indicadores indiretos serviram de base para a análise em áreas com dados limitados. Áreas sem dados nos mapas deste relatório podem ter terras de povos indígenas e comunidades locais não coletadas, não registradas ou não reconhecidas.

Com base na Declaração de Brazzaville de 2025 e nas Cinco demandas da GATC, este relatório destaca as ameaças aos territórios indígenas, bem como as soluções lideradas pelos indígenas, enfatizando a necessidade de uma transição da extração para a regeneração. O relatório pede reconhecimento, respeito e parceria com os povos indígenas, não apenas como uma questão de direitos e justiça, mas também devido ao seu papel essencial como guardiões da natureza e do clima para o benefício de todos.

Contexto global

Por milênios, os povos indígenas viveram em harmonia com o planeta, cuidando de suas terras e águas de forma a preservar o caráter sagrado e a interconexão de toda a vida. Mais do que apenas relações ecológicas, as conexões entre os povos indígenas e as comunidades locais (PIs e CLs) e seus territórios são culturais, espirituais e políticas.

Apesar de representarem menos de 5% da população global, os PIs e CLs protegem 54% das florestas intactas restantes do mundo, e seus territórios se sobrepõem a 43% das

Em todo o mundo, povos indígenas e comunidades locais estão enfrentando uma convergência acelerada de crises globais: o colapso da biodiversidade, a intensificação das mudanças climáticas e a desapropriação generalizada de territórios tradicionais.

Áreas-chave para a biodiversidade do mundo, ressaltando seu papel insubstituível na sustentação da vida.¹ No entanto, os PIs e CLs estão enfrentando ameaças sem precedentes aos seus territórios e modos de vida. Em florestas tropicais, desertos, savanas e regiões costeiras, a pressão das indústrias extrativas está aumentando. A expansão do petróleo, do gás, da madeira, da mineração e da agricultura está ameaçando terras ancestrais, muitas vezes sob o pretexto de transições verdes, compensação de carbono ou agendas nacionais de desenvolvimento. Essas incursões correm o risco não apenas de minar as metas climáticas e de biodiversidade, mas também de corroer os sistemas de conhecimento e as comunidades que protegem os ecossistemas há gerações.



Crianças de uma comunidade indígena na África Central participam de uma atividade de plantio de árvores. Crédito da imagem: REPALEAC

Os povos indígenas e as comunidades locais são os guardiões de quase um bilhão de hectares de florestas tropicais, demonstrando uma notável eficácia na conservação. Por exemplo, as concessões florestais manejadas de forma sustentável em El Petén, na Guatemala, perderam aproximadamente 1,5% da cobertura florestal entre 2014 e 2024, em comparação com 11% nas áreas ao redor, ou seja, quase sete vezes menos perda de floresta. Mas mesmo com o sucesso, ameaças ainda pairam. Na Mesoamérica, 3,7 Mha (3%) de terras estão sobrepostos por concessões de petróleo e gás, e 18,7 Mha (17%) por mineração. Na Amazônia, há 31 Mha (12%) de sobreposição entre concessões de petróleo e gás e terras de Pls e CLs, enquanto a Região do Congo enfrenta 38% de suas florestas comunitárias sob ameaça de sobreposição por concessões de petróleo e gás. As terras indígenas da Indonésia sofrem pressão semelhante, onde 1,6 Mha se sobrepõem a concessões de petróleo e gás e 18% são sobrepostos por concessões de madeira. Essas ameaças não se limitam a terras de Pls e CLs. Entre 2012 e 2024, 1.692 defensores ambientais foram assassinados ou desapareceram em países da Amazônia (1.018), países da Bacia do Congo (81), Indonésia (25) e países mesoamericanos (568), com povos indígenas, pequenos agricultores e afrodescendentes desproporcionalmente impactados. Pelo menos 208 dessas mortes foram relacionadas ao setor extrativista,

e outras 131 estão vinculadas à exploração madeireira.²

Esses números revelam o paradoxo: mesmo que a gestão indígena prove sua eficácia, o próprio ato de proteger a terra e a floresta coloca as comunidades em grave risco devido às indústrias extrativas e à violência que as acompanha. Sem uma proteção mais forte e apoio direto, os Pls e CLs permanecem na linha de frente de ameaças que não criaram, enquanto a estabilidade climática e a biodiversidade que eles protegem permanecem em risco.

O cinturão de florestas tropicais da Terra, que se estende pela Amazônia, pela região do Congo, pela Indonésia e pela Mesoamérica, tornou-se uma fronteira crítica onde o futuro do clima, da biodiversidade e da sobrevivência cultural da Terra está sendo negociado. Essas paisagens,



Estação de monitoramento florestal em Petén, Guatemala. Crédito da imagem: Cortesia da ACOFOP



Painel de discussão com membros do GATC no Primeiro Congresso Global dos Povos Indígenas e Comunidades Locais das Bacias Florestais em Brazzaville, República do Congo. Crédito da imagem: Norlando Meza via GATC

ricas em vida e tradição, vêm sendo cada vez mais tratadas como zonas de sacrifício para atender à demanda global por recursos. A corrida por combustíveis fósseis, minerais críticos e terras para a agricultura industrial está devastando territórios que são não apenas indispensáveis para a saúde do planeta, mas também centrais para a identidade, a sobrevivência e a autonomia dos povos indígenas.³ Em resposta, **Pls e CLs em toda a região pantropical têm se mobilizado para defender a vida humana e não humana.** Unidas pela Aliança Global de Comunidades Territoriais (GATC), 35 milhões de pessoas que vivem em comunidades na Amazônia, na Região do Congo, na Indonésia e na Mesoamérica defendem 958 Mha de terra.⁴ Em maio de 2025, representantes da GATC se reuniram durante o Primeiro Congresso Global de Povos Indígenas e Comunidades Locais das Bacias Florestais para assinar a **Declaração de Brazzaville,**⁵⁻⁶ um marco histórico no compromisso de garantir os direitos de posse da terra e assegurar o reconhecimento dos Pls e das CLs como atores centrais na ação climática e de biodiversidade. A Declaração exige o reconhecimento legal e a proteção dos direitos territoriais e de posse dos Pls e das CLs, a proteção de suas vidas e lideranças contra a violência e a criminalização, a garantia do consentimento livre, prévio e informado em todos os projetos que afetem seus territórios, a integração e valorização dos conhecimentos tradicionais, o acesso direto a financiamentos, e a inclusão de seus direitos e papéis como elementos centrais nas políticas e nos acordos sobre clima, biodiversidade e desenvolvimento sustentável, antes, durante e depois da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

O reconhecimento crescente da liderança indígena nas áreas de clima e biodiversidade tem se refletido, cada vez mais, nos processos de formulação de políticas internacionais. A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), por meio do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, reconhece explicitamente o papel dos Pls e das CLs no alcance das metas globais de conservação, incluindo o ambicioso objetivo “30x30”. Da mesma forma, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) tem ampliado o espaço para a liderança indígena, por meio da Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP) e do reconhecimento dos saberes tradicionais nos planos nacionais de adaptação e mitigação. Mas o reconhecimento político por si só não é suficiente. Sem mecanismos concretos para

financiar e apoiar soluções lideradas por indígenas, esses compromissos correm o risco de permanecer simbólicos.

O financiamento continua sendo uma das barreiras mais significativas para a conservação e a ação climática equitativas e eficazes. Apesar de proteger uma parcela significativa da biodiversidade mundial, os povos indígenas e as comunidades locais recebem pouco apoio financeiro para sua gestão. Por exemplo, em 2024, apenas 7,6% dos recursos desembolsados do compromisso de US\$ 1,7 bilhão assumido na COP26 foram destinados diretamente aos PIs e CLs, o que tem gerado demandas contínuas por maior acesso a esses financiamentos.⁷ O contraste entre a retórica global e as realidades locais continua gritante. Se o mundo realmente quiser conter a perda de biodiversidade e enfrentar a crise climática, será essencial ampliar os fluxos financeiros diretos para ações lideradas pelos povos indígenas. Isso inclui mecanismos de financiamento direto, investimentos de longo prazo na governança territorial e políticas que reconheçam e fortaleçam os direitos indígenas à terra, ao conhecimento e à autodeterminação.

A campanha “A Resposta Somos Nós” reforça essa mensagem, destacando que os PIs e as CLs são parte essencial da solução para as crises interligadas do clima e da perda de biodiversidade. Em toda a região pantropical, essas comunidades demonstram que a conservação eficaz e a ação climática só são possíveis quando quem vive e depende da terra está à frente dos esforços. Ao valorizar seus saberes, sistemas de governança e práticas comprovadas de cuidado com a terra, a campanha defende o reconhecimento global, o apoio direto e a parceria com esses povos, ressaltando que proteger o planeta exige colocar no centro justamente aqueles que o vêm preservando há gerações.

Para mudar o curso do futuro do nosso planeta, os povos indígenas e as comunidades locais estão convocando o mundo não apenas a reconhecer sua liderança, mas a agir de acordo com cinco demandas claras e urgentes:

- 1. Direitos à terra**
- 2. Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI)**
- 3. Financiamento direto**
- 4. Proteção da vida**
- 5. Conhecimentos tradicionais**



Imagem aérea dos participantes indígenas em uma manifestação pela campanha The Answer Is Us. Crédito da imagem: The Answer Is Us



Um rio em Talamanca Cabécar, na Costa Rica.
Crédito da imagem: AMPB

Amazônia

Dizem que a Mãe Amazônia dá chuva às nuvens e cria rios no céu. Se a floresta desaparecer, ela levará a chuva e os rios com ela.

A Mãe Amazônia e seus povos resistem ao desaparecimento há séculos. As florestas suportaram o saque, a degradação e a fragmentação. Foram os nossos sistemas de conhecimento e a sabedoria ancestral que as reviveram, assim como o espírito de seus habitantes. Resistimos à pilhagem, ao veneno e ao genocídio. Agora convocamos os governos, aliados e todos os povos da Terra a se levantarem e assumirem sua responsabilidade. Isto não é um ato de solidariedade, mas de sobrevivência: se a Amazônia desaparecer, levará consigo o nosso futuro comum.

- Fany Kuiru
Coordenadora Geral, Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica (COICA)

A Amazônia é um ecossistema interconectado, formado pela maior floresta tropical contínua do planeta, pelo sistema fluvial mais extenso da Terra e pela imensidão de seres que nela habitam. Todos os dias, mais de 670 milhões de hectares de floresta produzem 20 bilhões de toneladas de água em um rio atmosférico ainda maior que o próprio Rio Amazonas.⁸

Esse ciclo hidrológico sustenta uma paisagem biocultural expressa em mais de 300 línguas indígenas. Por exemplo, na bacia do rio Marañón, na Amazônia peruana, o povo Kukama costuma usar a palavra iya ou ia (coração) nos nomes dos rios, como Samiria (coração da folha pequena) e Ucayali (coração das casas).⁹ O povo Tikuna do Brasil, Colômbia e Peru usa a palavra ajuri para a reconstrução tradicional e coletiva de uma casa após uma enchente.¹⁰ O povo Kichwa que vive ao longo do rio Arajuno, afluente do rio Napo no Equador, alerta que quando o amarun , a sucuri mãe de todos os peixes, lidera as mijanu (migrações) rio acima, é perigoso entrar na água.¹¹

A perda contínua de florestas na Amazônia está chegando a um ponto crítico, capaz de romper irreversivelmente essas relações de longa data.¹² Um estudo recente mostrou que o desmatamento da Amazônia já reduziu as chuvas em 74%.¹³ Apenas em 2023, a baixa pluviosidade contribuiu para quedas acentuadas no nível dos rios, mortes em massa de peixes e botos e incêndios florestais generalizados.¹⁴ Além do desmatamento, as atividades industriais estão envenenando diretamente os



Povos indígenas durante uma marcha em defesa da Amazônia em Belém, Brasil.
Crédito da imagem: AP Photo/Dolores Ochoa

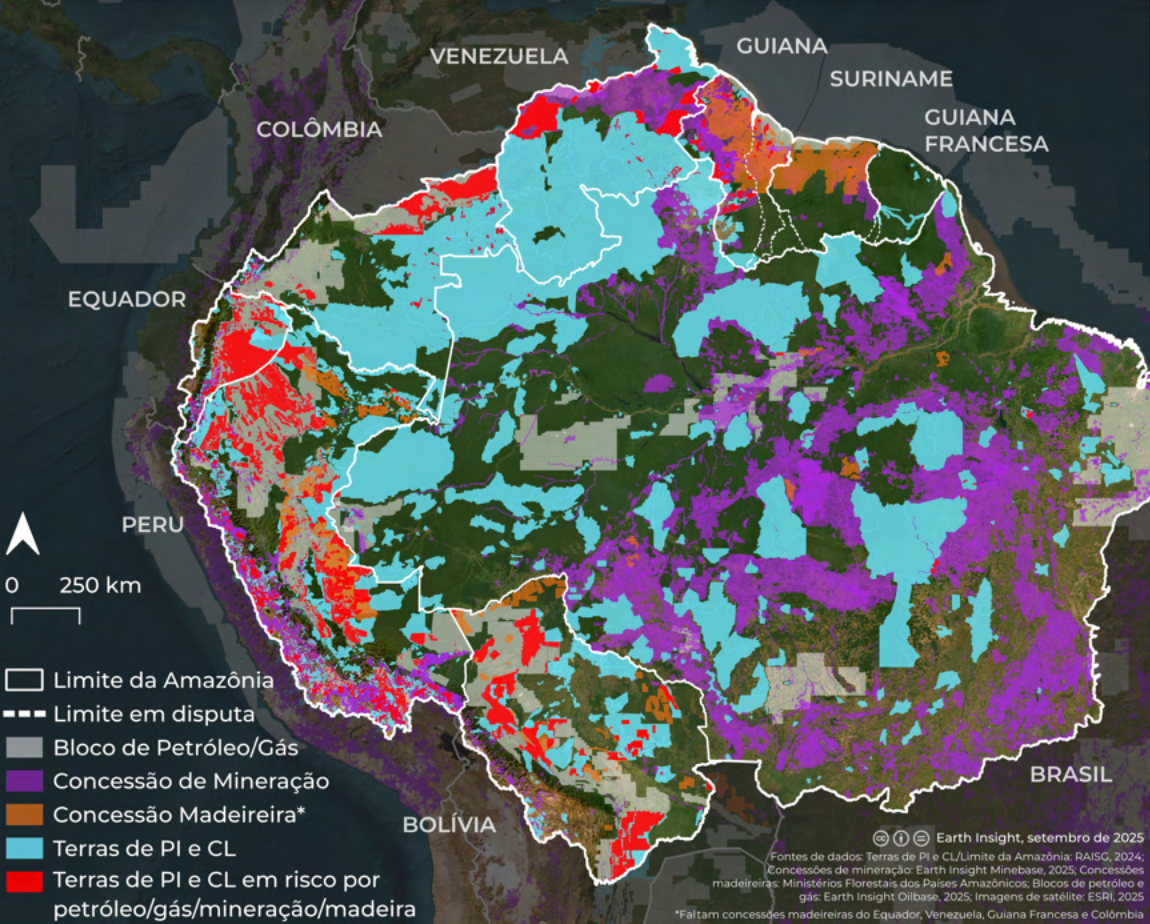
rios da Amazônia e, conseqüentemente, a população local. Comunidades indígenas próximas a locais de exploração de petróleo nas bacias dos rios Corrientes, Pastaza, Tigre e Marañón apresentaram altos níveis de mercúrio, cádmio e chumbo em seus corpos.¹⁵ Mais de 70% das mulheres indígenas nas regiões de Sucumbíos e Orellana, na Amazônia equatoriana, relatam problemas de saúde relacionados à água contaminada por petróleo.¹⁶ Os territórios indígenas na Amazônia tiveram um aumento de 265% na disseminação da mineração ilegal de ouro, que agora cobre uma área maior que Amsterdã.¹⁷ Estima-se que 50% das comunidades indígenas das bacias dos rios Branco e Tapajós, no Brasil, enfrentem risco extremamente elevado de danos agudos graves aos rins e ao fígado devido à contaminação por mercúrio.¹⁸

O reconhecimento legal da atuação indígena como guardião dos territórios vem crescendo. No ano passado, em Loreto, no Peru, uma decisão de segunda instância designou uma federação de mulheres Kukama-Kukamiria como co-guardiãs do rio Marañón e de seus afluentes, em razão de décadas de vazamentos de petróleo.¹⁹ Este ano, o Tribunal Constitucional da Colômbia decidiu a favor de 30 comunidades indígenas na bacia do rio Yuruparí, reconhecendo que a mineração de ouro e o uso de mercúrio ameaçavam seus sistemas de conhecimento tradicional.”²⁰ Entretanto, nossa análise espacial indica que os territórios indígenas na Amazônia continuam sob considerável ameaça das indústrias extrativas, com cerca de 31 milhões de hectares de território indígena (12%) sobrepostos por blocos de petróleo e gás, 9,8 milhões de hectares sobrepostos por concessões de mineração e 2,4 milhões de hectares sobrepostos por concessões madeiras industriais.

²¹ Embora nossa análise tenha se concentrado em concessões madeiras industriais, é importante observar que a perda de florestas no Brasil geralmente ocorre em outros contextos, como o desmatamento para agricultura industrial.

Ameaças Extrativas aos Povos Indígenas e Comunidades Locais na Amazônia

Earth
Insight



Na região Amazônica:
30%
ou
250 milhões
de hectares são cobertos por Terras de Povos Indígenas e Comunidades Locais

Das Terras de Povos Indígenas e Comunidades Locais na Amazônia:
12%
ou
31 milhões
de hectares estão sobrepostos por blocos de petróleo e gás

9,8 milhões
de hectares estão sobrepostos por concessões de mineração
2,4 milhões
de hectares estão sobrepostos por concessões madeireiras*

Fontes de dados: Terras de PI e CL/Limite da Amazônia: RAISG, 2024; Concessões de mineração: Earth Insight Minebase, 2025; Concessões madeireiras: Ministérios Florestais dos Países Amazônicos; Blocos de petróleo e gás: Earth Insight Oilbase, 2025; Imagens de satélite: ESRI, 2025
*Faltam concessões madeireiras do Equador, Venezuela, Guiana Francesa e Colômbia

Mapeando ameaças e soluções nas maiores florestas tropicais do mundo

Kleber Karipuna, Coordenador Executivo, Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) Crédito da imagem: Cortesia do Fórum Global de Paisagens



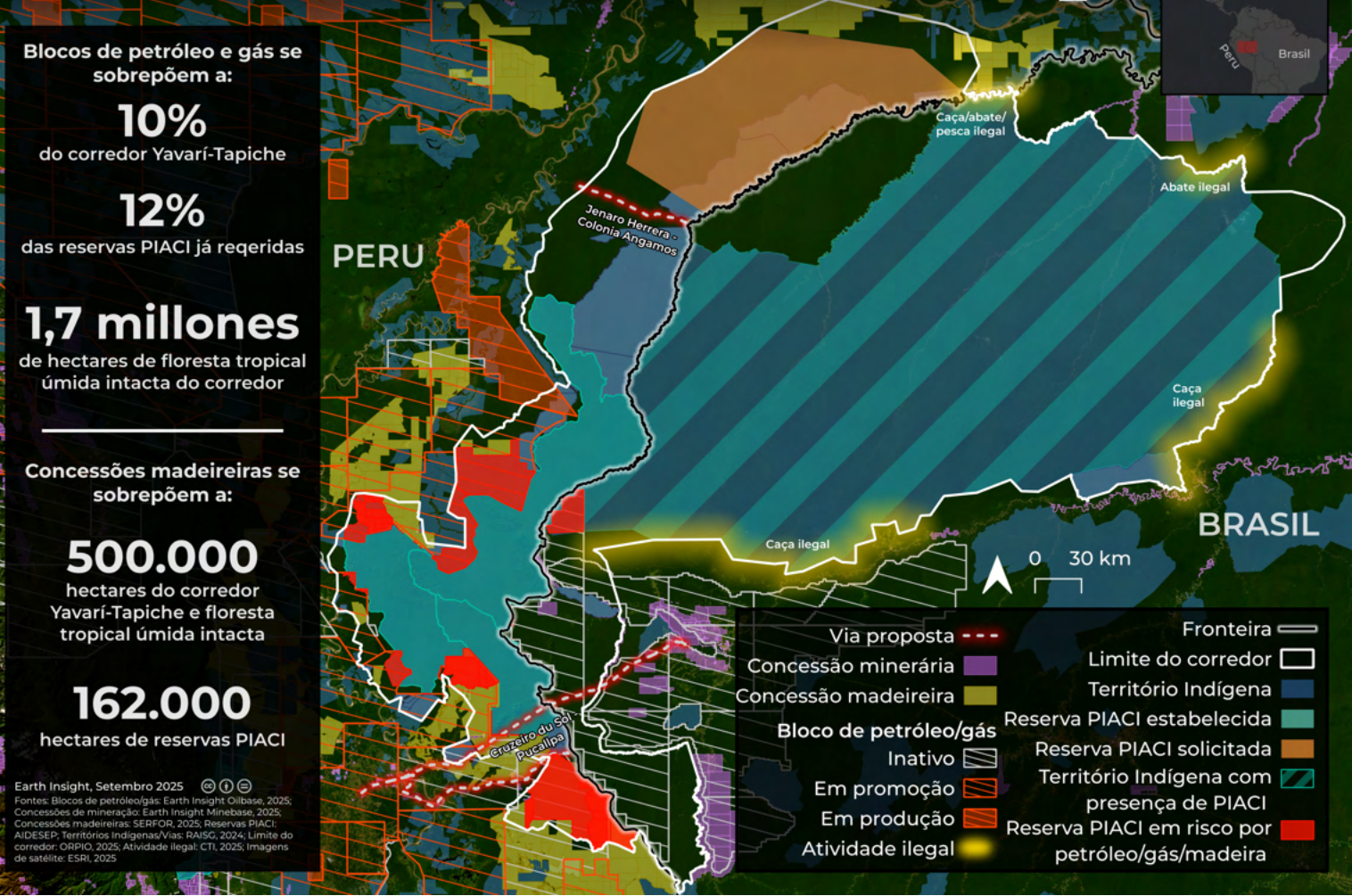
“A Amazônia brasileira é o coração verde do nosso país e uma das maiores reservas de biodiversidade e água doce da Terra. Seus rios, florestas e solos vivos sustentam o clima, a vida e a cultura de milhões de pessoas, incluindo mais de 180 povos indígenas que protegem esses territórios desde tempos imemoriais. Mas a nossa luta vai além da Amazônia. As terras indígenas em todo o Brasil, do Cerrado à Mata Atlântica e ao Pantanal, são essenciais para proteger a biodiversidade, estabilizar o clima e sustentar a vida. Nossos sistemas de governança, conhecimentos ancestrais e modos de vida mantêm esses ecossistemas em equilíbrio, mas esse equilíbrio está se rompendo diante do avanço da mineração, do agronegócio, da extração de petróleo, da exploração madeireira ilegal, das invasões de terras e de políticas que enfraquecem nossos direitos. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) reúne organizações de todo o país para defender os territórios indígenas, garantir a demarcação das terras e fortalecer as soluções climáticas e de biodiversidade enraizadas em nossas culturas. Proteger nossos territórios, na Amazônia e além, significa proteger o futuro do Brasil e de toda a humanidade. Convocamos o mundo a reconhecer e apoiar nossa liderança, porque não somos a última linha de defesa, somos a raiz viva de um futuro possível.”

– Kleber Karipuna, Executive Coordinator
The Articulation of Indigenous Peoples of Brazil (APIB)

Bombeiros indígenas brasileiros lutam pelo seu território no Pantanal, a maior área úmida tropical do mundo. Crédito da imagem: Getty Images - Picture Alliance



Ameaças ao Corredor Yavarí-Tapiche



O proposto Corredor Yavarí-Tapiche cobre mais de 16 milhões de hectares, ou o dobro do tamanho do Panamá, na fronteira oeste do Brasil com o Peru.²² Vinte anos atrás, organizações indígenas apresentaram pela primeira vez a ideia de proteger a maior concentração de Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial do mundo (chamados aqui pela sigla, PIACI).

As comunidades indígenas e da PIACI em ambos os lados do corredor proposto enfrentam ameaças existenciais que vão desde blocos de petróleo, gás e mineração até extração industrial de madeira e expansão de estradas e redes criminosas.

O longo caminho até o corredor

Em 2003, organizações indígenas no Peru iniciaram o trabalho para a criação de um corredor PIACI binacional, dando início ao longo processo burocrático de reconhecimento de cinco reservas indígenas e PIACI.²³⁻²⁴ Ao longo da década seguinte, dez organizações indígenas do Peru e do Brasil colaboraram na fundamentação jurídica, antropológica e ambiental que sustentaria a criação do corredor.²⁵ Quase duas décadas após a proposta da primeira reserva do corredor, o Peru reconheceu apenas três das cinco reservas propostas.²⁶ Em setembro de 2025, a Reserva Yavarí Mirim foi rejeitada, num grande retrocesso, apesar de 113 registros antropológicos que comprovam inequivocamente que ali vivem os povos PIACI Matsés, Matis, Korubo, Kulina-Pano e Flecheiro (Tavakina).²⁷

Em uma declaração conjunta, grupos indígenas classificaram a rejeição como “um claro exemplo de dois pesos e duas medidas: o governo peruano assinou diversos compromissos internacionais, mas agora está colocando em risco a sobrevivência das pessoas mais vulneráveis do planeta.”²⁸

Ameaças do petróleo

Nossa análise mostra que os blocos de petróleo e gás no Peru ainda se sobrepõem a mais de 1 milhão de hectares ou 10% do proposto Corredor Yavarí-Tapiche. Isso inclui blocos de petróleo e gás atualmente em oferta nas reservas PIACI Yavarí Tapiche e Sierra de Divisor Occidental, além de blocos suspensos na reserva PIACI proposta de Tamaya Abujao. Possíveis vazamentos de petróleo levam essas ameaças rio abaixo até as comunidades indígenas e PIACI, cujas dietas e vidas dependem da bacia do rio Amazonas.²⁹



Malocas visíveis através da copa das árvores em Yavarí Tapiche, que se acredita serem habitações para a PIACIA. Crédito da imagem: ORPIO

Territórios indígenas e comunidades locais na linha de frente:



O Corredor Territorial Yavarí-Tapiche visto de cima, do lado peruano, perto da fronteira entre o Peru e o Brasil. Crédito da imagem: ORPIO

Exploração madeireira

Entre 2001 e 2023, os departamentos de Loreto e Ucayali, localizados parcialmente dentro do Corredor Yavarí-Tapiche, perderam mais de 500 mil hectares de cobertura florestal cada um.³⁰ Apesar da proibição legal de concessões em reservas PIACI propostas, concessões florestais ainda foram concedidas enquanto as reservas Yavarí Mirim e Isconahua estavam em análise.³¹⁻³² Grupos como a Associação Evangélica da Missão Israelita do Novo Pacto Universal, que pregam o desmatamento das florestas para a agricultura, também têm contribuído para os altos índices de desmatamento na região inferior do Amazonas-Yavarí, onde o corredor proposto está localizado.³³

Nossa análise mostra que 500 mil hectares do corredor proposto estão sobrepostos por concessões madeireiras, o que acende um alerta sobre o futuro da região e das populações que nela vivem.

Mapeando ameaças e soluções nas maiores florestas tropicais do mundo

Estradas na floresta tropical

As estradas podem estimular o desmatamento em áreas de até 10 quilômetros de distância, à medida que vias não oficiais se ramificam a partir da rodovia principal, num fenômeno conhecido como “efeito espinha de peixe”.³⁴⁻³⁵ Duas rodovias propostas ameaçam diretamente as terras dentro do Corredor Yavarí-Tapiche.³⁶ A primeira, que liga Cruzeiro do Sul, no Brasil, a Pucallpa, no Peru, corta a Reserva PIACI Isconahua e já está em construção. A segunda rodovia conectaria Jenaro Herrera, em Loreto (Peru), a Colonia Angamos, próxima à fronteira com o Brasil, na bacia do rio Yavarí. Por enquanto, um tribunal peruano paralisou sua construção, devido aos riscos de exposição para as comunidades PIACI, mas a ameaça de desenvolvimento futuro permanec.³⁷

Ameaças adicionais

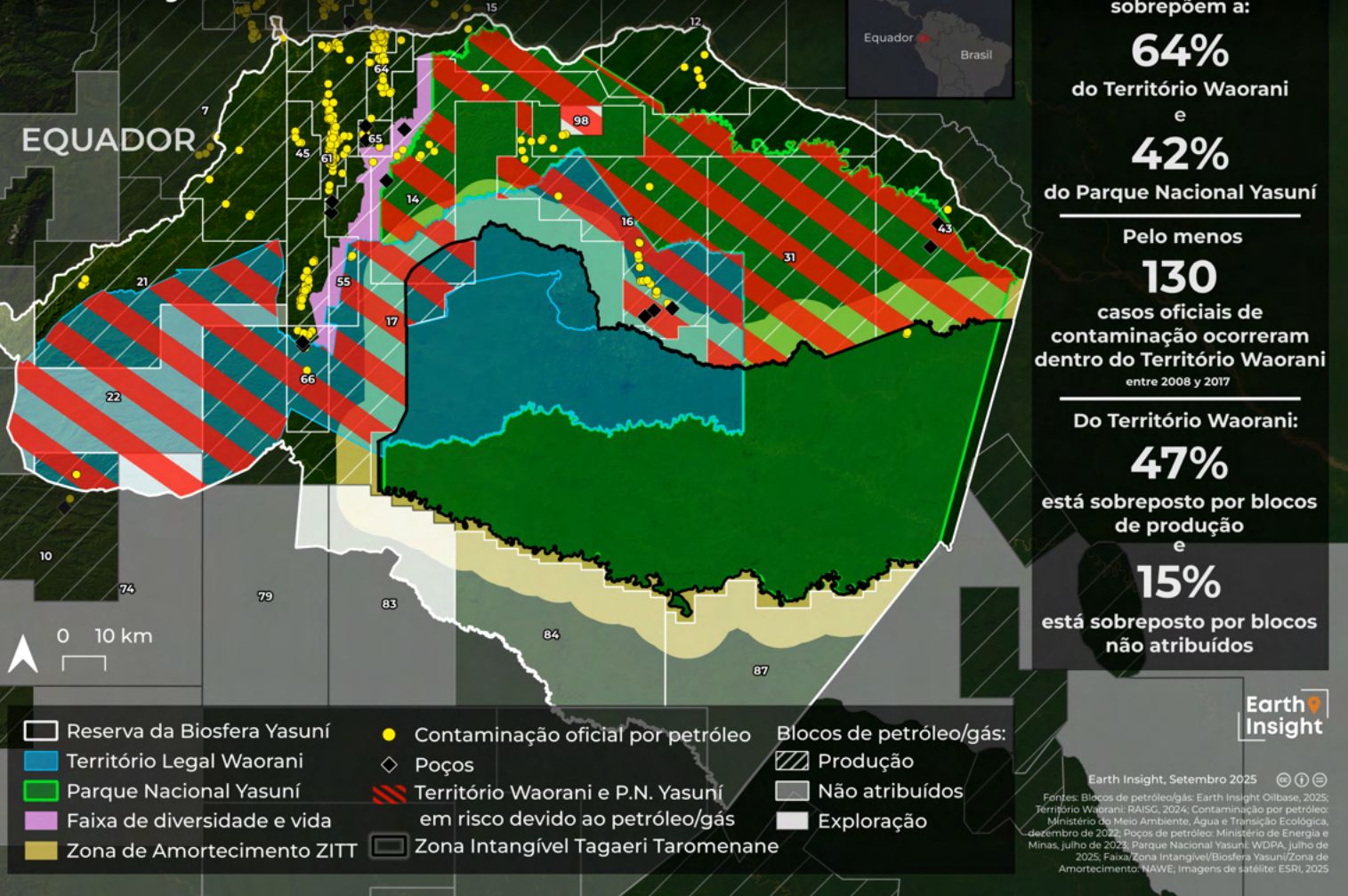
A mineração ilegal de ouro pode ser um vetor de patógenos aos quais as comunidades PIACI não têm imunidade. O narcotráfico transfronteiriço se espalha a partir de um centro conhecido como as “Três Fronteiras”, onde Colômbia, Peru e Brasil se encontram, e avança sobre territórios indígenas e PIACI, utilizando a extração ilegal de madeira, a mineração de ouro e a pesca como fachadas para lavar seus lucros.³⁸⁻³⁹ A pesca e a caça ilegais também ameaçam a segurança alimentar das comunidades indígenas e PIACI. Em um único dia, por exemplo, pescadores ilegais na terra indígena Vale do Javari capturaram meia tonelada de pirarucus e 700 tartarugas.⁴⁰

Balas, Bois e Bíblias

Forças políticas estão trabalhando ativamente para reverter o reconhecimento de territórios indígenas e PIACI. Por exemplo, no Brasil, uma frente formada por fazendeiros, representantes do agronegócio, mineradoras e igrejas evangélicas (frequentemente chamada de “Bancada do Boi, da Bala e da Bíblia”⁴¹) apresenta projetos de lei que buscam enfraquecer os direitos indígenas, como o Marco Temporal e o recém-aprovado “PL da Devastação”, que limita territórios indígenas.⁴¹⁻⁴³ De forma semelhante, no Peru, uma frente política equivalente tem apresentado projetos de lei apelidados de “leis do genocídio”, que visam reduzir a proteção dos territórios PIACI.⁴⁴ Em 2023, grupos indígenas do Brasil e do Peru que colaboraram na iniciativa do Corredor Yavarí-Tapiche uniram forças e derrotaram um desses projetos de lei.⁴⁵ Em 2025, dois novos projetos de lei propõem autorizar atividades de petróleo e gás em territórios PIACI e áreas protegidas, redefinir os limites dos territórios PIACI e restringir a participação indígena nas decisões de políticas relacionadas.⁴⁶⁻⁴⁷ O Um desses projetos determinaria que as reservas existentes e propostas fossem revisadas a cada seis meses, concedendo a políticos o poder de modificá-las ou até cancelá-las, o que deixaria os povos PIACI em situação de extrema vulnerabilidade, com poucas garantias de proteção a longo prazo.⁴⁸

Grupos indígenas no Peru temem que, se essas leis forem aprovadas, em apenas seis meses todas as reservas PIACI possam ser anuladas, impedindo também a criação de novas.

Ameaças ao Território Waorani



Defendemos nosso território: uma campanha de resistência diante de décadas de impacto

INa Amazônia equatoriana, as cicatrizes da extração de petróleo são profundas nas terras, nos rios e nas vidas do povo Waorani. Dos mais de 3.500 locais identificados como poluídos pelo setor de petróleo e gás do Equador, apenas metade foi restaurada ecologicamente.⁴⁹ Em uma pesquisa realizada pela Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE) no ano passado, **50% do povo Waorani relatou ter sofrido impactos da poluição por petróleo**, desde menos peixes nos rios até colheitas ruins e escassez de alimentos florestais.⁵⁰ De julho de 2024 a março de 2025, os grupos de monitoramento comunitário da NAWE emitiram 30 relatórios sobre derramamentos de óleo.⁵¹

Após décadas de resistência, as comunidades Waorani começaram a se mobilizar em uma campanha, Ome Yasuni (“Nós defendemos nosso território”).⁵² **O território legal Waorani se estende por 800.000 hectares da Amazônia equatoriana, e nossa análise espacial indica que 64% dessa área está sobrepostos por blocos de petróleo e gás.** Em setembro de 2025, os Waorani se juntaram a outros seis grupos indígenas para denunciar o “roteiro de hidrocarbonetos” do governo, no qual 18 dos 49 blocos de petróleo propostos se sobrepõem aos seus territórios.⁵³

Novas ameaças, incluindo extração de petróleo e gás e legislação hostil, exigem que novas gerações de Waorani assumam o Ome Yasuni e defendam seu território.

Ameaças renovadas

Os Waorani, na Amazônia equatoriana, tiveram apenas um mês para comemorar uma vitória histórica em 2025 da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) antes que novas ameaças surgissem. Logo após a decisão, o presidente do país anunciou o leilão de blocos de petróleo em cerca de 2 milhões de hectares de terras ancestrais, e o legislativo aprovou uma nova lei em julho de 2025 que pode enfraquecer os direitos territoriais indígenas.⁵⁴

No caso Povos Tagaeri e Taromenane contra o Equador, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) concluiu que o Estado equatoriano violou diversos direitos das comunidades Waorani em isolamento voluntário ao permitir operações de petróleo dentro e nos arredores do Parque Nacional Yasuní.⁵⁵ A decisão também ressaltou **o fracasso do governo em cumprir o referendo nacional de 2023 contra a perfuração de petróleo no parque. Apesar de uma ordem judicial, apenas 4% dos poços de petróleo de Yasuni foram fechados.**⁵⁶

Em fevereiro de 2025, o juiz no caso dos blocos de petróleo solicitou uma declaração por escrito sobre o que “significa ser Waorani e o que a consulta significa para eles.”⁵⁷ Em resposta, uma delegação de anciãos, jovens e guerreiros marchou pelas ruas de Quito em maio de 2025 para apresentar sua resposta pessoalmente. **Dois meses depois, a legislatura equatoriana aprovou uma lei que permite a gestão de zonas de conservação por entidades privadas, inclusive empresas estrangeiras, o que pode enfraquecer os direitos indígenas previstos na Constituição de 2008.**⁵⁸

Em agosto de 2025, a Nacionalidade Waorani do Equador (NAWE), a Confederação das Nacionalidades Indígenas da Amazônia Equatoriana (CONFENIAE), a Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) emitiram uma carta aberta de reivindicações na V Cúpula dos Presidentes do Tratado de Cooperação Amazônica em Bogotá, incluindo um mandato regional para proteger as comunidades PIACI da extração de petróleo e gás e acabar com as atividades petrolíferas no Parque Nacional Yasuní e na Zona Imaterial, onde vivem os povos PIACI.⁵⁹



O povo indígena Waorani lidera uma manifestação em frente ao Tribunal Constitucional em Quito, Equador. Crédito da imagem: AP Photo/Dolores Ochoa



Ome Yasuní

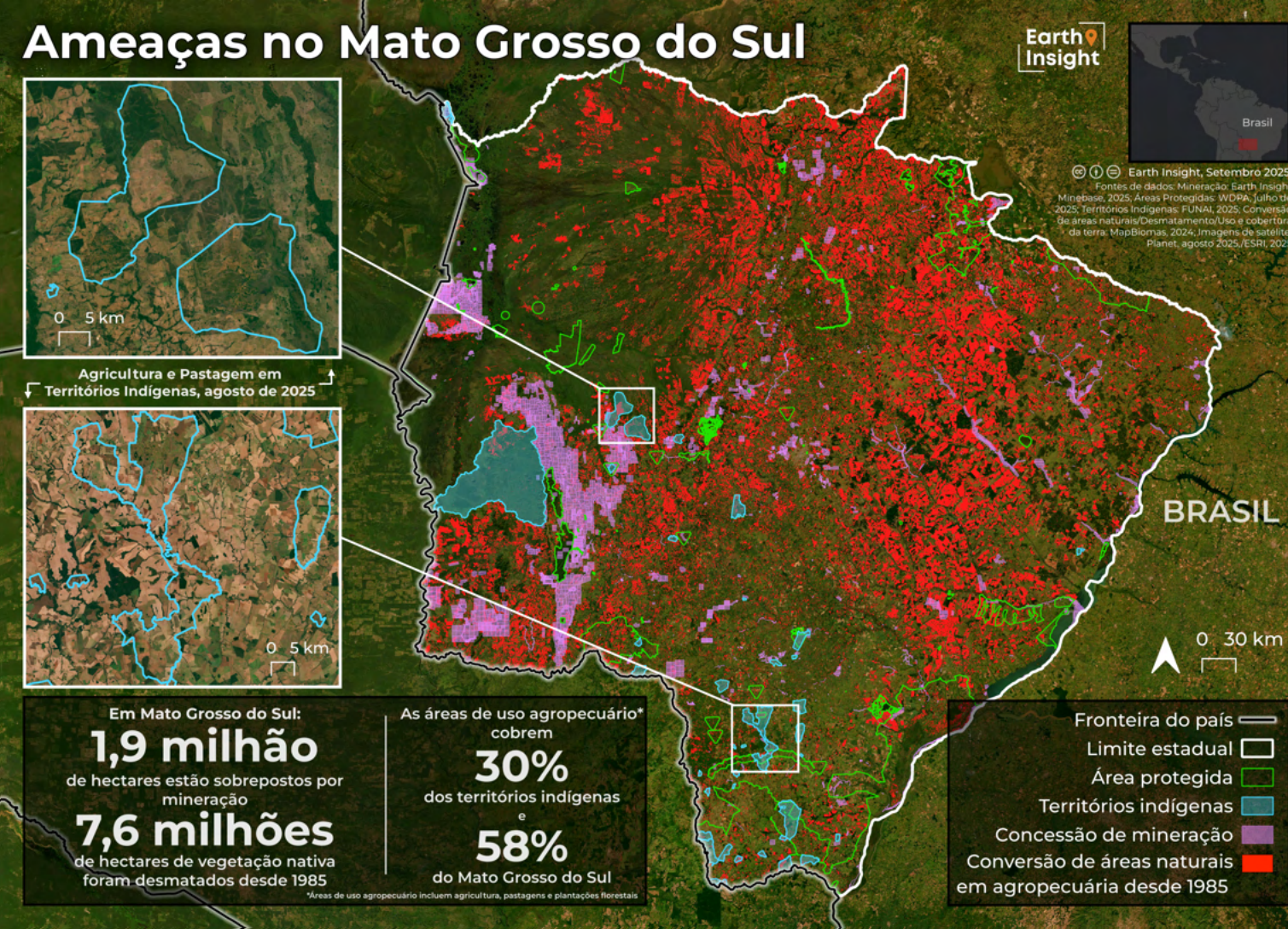
Antes das operações petrolíferas e da chegada dos missionários evangélicos ao que os anciãos chamavam de “Civilização”,⁶⁰ os Waorani viviam em isolamento voluntário entre os rios Napo e Curaray, em uma das regiões de maior biodiversidade da Amazônia. Em 1972, a Lei da Cultura Nacional codificou um decreto presidencial que afirmava que “todos nos tornamos brancos quando aceitamos os objetivos da cultura nacional”.⁶¹ O território Waorani foi drasticamente fragmentado por empresas petrolíferas, cujas campanhas extremas incluíram lançar dinamite acesa por via aérea sobre aldeias para expulsar pessoas das áreas de concessão, enquanto missionários colaboravam com as empresas para forçar os Waorani a se instalarem em missões religiosas.⁶²

Em 1999, tanto os grupos Waorani contatados quanto aqueles que viviam em isolamento voluntário se mudaram para a Zona Intangível de 758.000 hectares, uma área de conservação proibida para atividades extrativas.⁶³ Entre 2021 e 2024, os esquadrões de monitoramento Waorani emitiram mais de 1.000 alertas de ameaças em seu território, incluindo extração de florestas e plantas, desmatamento, invasões, caça ilegal, pesca ilegal, poluição, construção de estradas e mineração ilegal.⁶⁴

Ameaças legais

As décadas de batalhas judiciais travadas pelos Waorani têm sido marcadas por uma cisão intercultural entre dois sistemas de governança: o indígena e o industrializado. À medida que as novas gerações Waorani continuam a defender seu território, as ameaças renovadas advindas do plano de hidrocarbonetos evidenciam a vigilância necessária diante de cada mudança de governo.

Ameaças das terras agrícolas aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul



Agricultura e a aceleração dos impactos e riscos para os povos indígenas

O Mato Grosso do Sul (MS) é o epicentro de algumas das conversões de uso da terra mais aceleradas do Brasil, impulsionadas principalmente pela agricultura. É também uma das regiões mais perigosas para os indígenas que defendem suas terras. Entre 2003 e 2021, 608 ativistas Guarani-Kaiowá foram assassinados em Mato Grosso do Sul, tornando os Guarani-Kaiowá o povo indígena mais ameaçado do país.⁶⁵ A violência persistente e sistemática contra as comunidades Guarani-Kaiowá de Mato Grosso do Sul levou especialistas em genocídio a cunharem o termo kaïowicídio para descrever esse padrão direcionado de perseguição.⁶⁶

Uma tendência que deve ser interrompida e revertida

Além do conflito violento com essas comunidades, a expansão do agronegócio ameaça tanto os ecossistemas da região quanto seus recursos hídricos.⁶⁷ Nossa análise espacial mostra que 58%, ou 21 milhões de hectares, do Mato Grosso do Sul são hoje cobertos por terras agrícolas. Um terço, ou cerca de 265 mil hectares, dos territórios indígenas do estado estão ocupados por terras agrícolas utilizadas para cultivo, pecuária e florestas plantadas. A maior parte das terras foi desmatada para o agronegócio, principalmente para pastagens e plantações de soja ou eucalipto. A agricultura intensiva devastou a Bacia Hidrográfica do Rio Pardo (BHRP) no MS, com quase 60% da bacia hidrográfica coberta por pastagens.⁶⁹

O Mato Grosso do Sul tem a terceira maior população indígena do país. Após perderem 99% de suas terras ancestrais, cerca de 50 mil indígenas Guarani-Kaiowá vivem hoje em oito reservas extremamente superpovoadas, cercadas pela agricultura industrial e, em um dos casos, por um condomínio de alto padrão.⁷⁰ Os alojamentos são tão apertados em algumas reservas que cada família sobrevive com menos de dois hectares de terra, o que é insuficiente para a agricultura de subsistência tradicional e práticas culturais.⁷¹ Famílias não têm acesso a água limpa⁷² e a insegurança alimentar nas reservas do MS ultrapassa 76%.⁷³ As constantes apropriações de terras por interesses do agronegócio, proprietários privados e empreendimentos imobiliários intensificaram as disputas. Somente em 2023, pelo menos três comunidades sofreram despejos extrajudiciais logo após tentarem recuperar suas terras.⁷⁴

Crises interligadas

Embora a falta de espaço nas reservas indígenas dificulte a agricultura de subsistência, as famílias ainda cultivam pequenas hortas de ervas como parte de suas tradições medicinais. Entretanto, a crescente escassez de água e o uso de pesticidas pela agricultura industrial estão tornando até mesmo esses pequenos jardins difíceis de sustenta.⁷⁵

A expansão do agronegócio em Mato Grosso do Sul, impulsionada pelo desmatamento em larga escala de florestas nativas, campos e áreas úmidas, vem degradando gradualmente os territórios ancestrais, fragmentando ecossistemas essenciais aos modos de vida e práticas culturais tradicionais, contaminando as fontes de água e limitando a capacidade das famílias de recuperar sua saúde por meio de ervas indígenas.

Ao mesmo tempo, as comunidades enfrentam episódios recorrentes de violência ligados a disputas de terras. Juntas, essas pressões resultam em crises interligadas que representam uma ameaça existencial aos Guarani-Kaiowá.



Membros da comunidade Pitaguary protestam no Ceará, Brasil. Crédito da imagem: APIB

Entidades territoriais indígenas na Amazônia colombiana

Durante gerações, os povos indígenas da Amazônia administraram seus territórios com base em sistemas indígenas de governo e governança, práticas culturais e espirituais e sistemas de conhecimento tradicional. Esses diversos modelos de governança refletem relacionamentos profundos com a floresta, os rios e a vida selvagem que não estão enraizados na extração ou no lucro, mas na harmonia com a natureza. No entanto, as estruturas coloniais e seus legados duradouros minaram repetidamente esses sistemas, ameaçando a sobrevivência dos povos indígenas e a integridade ecológica da Bacia Amazônica.

Na Colômbia, as reservas indígenas há muito servem como modelo de proteção territorial, mas a Constituição de 1991 representou um marco transformador ao formalizar as Entidades Territoriais Indígenas (ETIs) como parte da estrutura política e administrativa do Estado. É importante ressaltar que as ETIs são governadas por estruturas de autogoverno indígenas, que atuam como autoridades públicas e territoriais. Esse reconhecimento legal permite que os povos indígenas fortaleçam sua governança com base em seus próprios sistemas de conhecimento, em vez de visões de mundo externas, constituindo um importante reconhecimento de sua soberania e de suas formas tradicionais de gestão territorial, em constante interação e diálogo com outros atores.⁷⁶

Defendendo o aumento do reconhecimento das ETIs

Apesar da vitória constitucional, há mais de 30 anos o Estado colombiano não conseguiu formalizar as ETIs, deixando as comunidades indígenas em um espaço liminar, no qual seus direitos são reconhecidos no papel, mas difíceis de exercer na prática. Em 2018, a defesa e a organização persistentes dos povos indígenas na Amazônia levaram o governo a promulgar o Decreto-Lei 632, estabelecendo mecanismos claros para formalizar as ETIs nos departamentos de Guainía, Vaupés e Amazonas.⁷⁷ Este marco representou um importante reconhecimento legal dos povos indígenas da Amazônia e sua luta por direitos constitucionais. À frente dessa mobilização esteve a Organización Nacional de los Pueblos Indígenas de la Amazonía Colombiana (OPIAC), que segue defendendo a criação das ETIs e atua como base política e organizacional para as comunidades indígenas que buscam o reconhecimento, a formalização e a proteção de seus territórios.

Atualmente, 20 territórios estão em diferentes estágios de formalização, com outros cinco territórios expressando interesse no processo.⁷⁸ Coletivamente, esses 25 territórios indígenas cobrem 36% da Amazônia colombiana e desempenham um papel central na conservação. De forma notável, eles mantêm 99,5% de sua cobertura natural intacta, representando 41% do total de florestas da região em 2023.⁷⁹ A formalização das ETIs garante que esses territórios sejam legalmente reconhecidos como entidades com funções públicas semelhantes às das instituições que fazem parte do Estado colombiano, capacitando os povos indígenas a continuar protegendo a biodiversidade, mitigando as mudanças climáticas e preservando conhecimentos culturais insubstituíveis.

A trajetória das ETIs mostra que a governança indígena não é apenas uma questão de sobrevivência cultural e soberania, mas sim um imperativo ambiental global. À medida que a perda de biodiversidade acelera e as crises climáticas se intensificam, o conhecimento tradicional dos povos indígenas da Amazônia oferece soluções que o mundo não pode mais ignorar. Ao formalizar sua governança como uma entidade com funções públicas inerentes às instituições que fazem parte do Estado colombiano, a Colômbia deu um passo importante para reconhecer essas contribuições e garantir um futuro em que tanto as pessoas quanto o planeta possam prosperar.

“Esse marco histórico, conquistado pelo movimento indígena amazônico, reafirmará os sistemas de autogovernança dos 64 povos da Amazônia colombiana, promovendo maior participação no orçamento público e na formulação de políticas públicas com enfoque amazônico. Assim, fortalecerá a governança indígena, que está diretamente ligada à conservação da natureza e à vida de toda a humanidade.”

- Pablo Hernan Jamioy, Assessor Especializado em Território e Meio Ambiente, Coordenação-Geral da OPIAC



Pablo Jamioy, da OPIAC, discursando na COP16 em Cali, Colômbia.

Crédito da imagem: Earth Insight

Direcionando fluxos financeiros para a conservação e defesa territorial lideradas por indígenas

O acesso a financiamento contínuo e flexível continua sendo um dos maiores obstáculos para os PIs e CLs que buscam proteger seus territórios, defender seus direitos e enfrentar as mudanças climáticas. A falta de recursos que cheguem diretamente aos PIs e CLs deixa as comunidades sem meios sustentáveis e adaptáveis para proteger efetivamente a natureza diante de ameaças cada vez maiores. Para as lideranças indígenas, a urgência é clara: é preciso criar mecanismos financeiros concebidos e administrados por elas mesmas, refletindo suas prioridades e realidades.

Criando mecanismos financeiros liderados por indígenas

Em toda a Amazônia e além, comunidades indígenas responderam criando mecanismos financeiros para proteger seus territórios e sustentar seus modos de vida. A criação do Fundo Indígena da Amazônia Brasileira, ou Fundo Podáali, em 2020 representou um marco importante nesses esforços. O Fundo Podáali, lançado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e sua rede, tornou-se o primeiro fundo criado e liderado por povos indígenas a cobrir toda a Amazônia brasileira. O Podáali foi criado para canalizar recursos diretamente para iniciativas indígenas de base por meio de processos coletivos baseados no território, com o objetivo de promover a autodeterminação, preservar o patrimônio cultural e garantir a gestão autônoma e sustentável de terras e recursos.

Territórios indígenas e comunidades locais na linha de frente:

Desde seus primeiros anos, a Podáali se tornou um modelo de financiamento liderado por indígenas. Seu apoio vai além da proteção ambiental, abrangendo a luta mais ampla por direitos, visibilidade e continuidade cultural. Por exemplo, em setembro de 2021, o fundo apoiou a 2ª Marcha das Mulheres Indígenas, mobilizando recursos por meio de uma parceria com o Fundo Brasil de Direitos Humanos para responder às demandas urgentes das lideranças femininas durante seu acampamento em Brasília. A capacidade do Fundo Podáali de mobilizar recursos com agilidade, em solidariedade aos movimentos locais e diretamente aos defensores da terra, fortalece tanto o tecido político quanto o social das lutas indígenas. É um modelo replicável que permite que PIs e CLs não apenas garantam seus direitos, mas também protejam os ecossistemas inerentemente ligados à sua sobrevivência cultural e ao bem-estar do planeta.

Enquanto o Podáali continua a ampliar suas ações em todo o Brasil, iniciativas semelhantes estão surgindo em outras partes do mundo, com o objetivo de repensar a forma como conservação e financiamento se articulam. Em 2022, foi lançada a Shandia, uma plataforma liderada por indígenas e articulada pela GATC, criada para ampliar o acesso direto a financiamento para PIs e CLs em todo o mundo. Ainda em seus primeiros anos de atuação, a Shandia conecta investidores e doadores a fundos liderados por indígenas, servindo como ponte entre os fluxos globais de capital e as realidades locais das comunidades que cuidam de alguns dos territórios mais biodiversos e ameaçados do planeta. Na América Latina, esse impulso também deu origem a esforços como o Fundo Jaguatá, que está fortalecendo a governança territorial indígena e promovendo a conservação conduzida pela comunidade.

Impulso global para o financiamento liderado por indígenas

Essas iniciativas partem do mesmo princípio: os recursos devem chegar diretamente aos povos e comunidades indígenas, que são os mais aptos a decidir como sustentar seus territórios, suas culturas e seus futuros. Mas os desafios continuam enormes. Os obstáculos estruturais dos sistemas financeiros tradicionais, as pressões políticas das indústrias extrativas e a falta de compromissos de longo prazo por parte dos doadores limitam significativamente o potencial dessas iniciativas. Agora, é preciso um maior reconhecimento financeiro dos mecanismos liderados por indígenas como instrumentos legítimos e eficazes para a conservação e a ação climática. Um financiamento estável, duradouro e flexível pode permitir que esses fundos não apenas respondam a crises, mas também fortaleçam sistemas resilientes baseados na autodeterminação.

O aumento de fundos liderados por indígenas representa uma mudança profunda no financiamento da conservação. Em vez de canalizar recursos por meio de intermediários distantes, esses fundos colocam o poder de decisão nas mãos das comunidades que dependem e cuidam de suas terras. Ao sustentar e expandir esses modelos, governos, doadores e investidores podem garantir que a visão e a liderança dos povos indígenas permaneçam no centro das ações voltadas para enfrentar as crises interligadas das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da sobrevivência cultural.

Mapeando ameaças e soluções nas maiores florestas tropicais do mundo



Incêndio na floresta amazônica. Crédito da imagem: Wiki Commons

“Demarcação é mitigação”: o chamado dos povos indígenas do Brasil sobre as NDCs

A Amazônia brasileira, uma das paisagens mais biodiversas e disputadas do planeta, tem sido o epicentro de décadas de mobilização indígena em defesa da natureza, da cultura e dos direitos territoriais. À medida que as mudanças climáticas continuam a se intensificar em todo o mundo, o assunto se torna ainda mais acalorado: os povos indígenas no Brasil alertaram que, sem seus territórios, a crise climática sairá do controle. Ainda que existam garantias constitucionais, mais de 270 territórios indígenas permanecem sem reconhecimento oficial, o que os torna vulneráveis à grilagem, à violência e ao desmatamento. Essas pressões não são apenas uma ameaça às comunidades indígenas, elas prejudicam a capacidade do Brasil de cumprir seus compromissos do Acordo de Paris. Quase 75% das emissões de gases de efeito estufa do país vêm do desmatamento e da agropecuária,⁸⁰ o que torna a proteção das florestas essencial. As lideranças indígenas sabem que seus territórios, que apresentam as menores taxas de desmatamento do país, constituem uma das soluções climáticas mais eficazes para o Brasil.

Territórios como soluções climáticas

Diante da inação do governo e dos crescentes impactos climáticos, os povos indígenas do Brasil se uniram recentemente para articular sua própria visão: uma Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) Indígena, um plano para reduzir as emissões de gases de efeito estufa em conformidade com o Acordo de Paris. Coordenada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e organizações indígenas regionais, a iniciativa estabelece políticas climáticas claras e orientadas pela comunidade, enraizadas na governança indígena e no conhecimento ancestral. A mensagem deles é simples e poderosa: “Demarcação é mitigação.”⁸¹ Essa visão ecoa diretamente a Declaração de Brazzaville, que afirma que os territórios indígenas são essenciais para a proteção da biodiversidade, a estabilidade climática e a sobrevivência cultural.

A NDC Indígena, lançada oficialmente em agosto de 2025, é uma conquista coletiva construída por meio de trocas entre lideranças de todo o Brasil e da Bacia Amazônica, em solidariedade aos povos indígenas da Região do Congo, Indonésia e América Central.⁸² As demandas incluem a demarcação imediata de todos os territórios indígenas com portarias declaratórias, a proteção legal dos Povos em Isolamento Voluntário, o reconhecimento das economias indígenas e o acesso direto a pelo menos 40% do financiamento climático. Igualmente importante, exige a plena participação indígena na tomada de decisões climáticas nacionais e internacionais.

Redefinindo a política climática por meio da liderança indígena

O potencial desse processo já está claro. Pela primeira vez, o debate climático do Brasil inclui um plano abrangente, liderado por indígenas, que conecta diretamente os direitos territoriais com mitigação, adaptação e transição justa. A NDC Indígena reformula os territórios não como áreas protegidas passivas, mas como políticas climáticas ativas. Ela também coloca mulheres e jovens no centro da liderança, garantindo que perspectivas intergeracionais orientem a governança.

Ao promover a NDC Indígena, os povos indígenas do Brasil dão vida à Declaração de Brazzaville. Isso demonstra como os direitos territoriais, a justiça e os saberes ancestrais formam a base das soluções para o clima e a biodiversidade. A liderança indígena oferece não apenas um caminho para o Brasil, mas também um modelo global: quando os povos indígenas estão no centro, as metas climáticas se tornam alcançáveis.



Demarcação agora! Movimento indígena brasileiro obtém vitórias no reconhecimento de terras no Acampamento Anual pela Terra Livre. Crédito da imagem: Raissa Azeredo

Estrutura de soluções

“[A Declaração de Brazzaville] é um momento único e histórico... Ela dialoga com nossas realidades territoriais e com nossas comunidades, e enviar uma mensagem ao sistema internacional é algo poderoso, pois transmitir essa mensagem à comunidade internacional reflete todas as contribuições que sustentamos, pelas quais lutamos, que defendemos, protegemos, sonhamos e às quais contribuímos. Também chama a atenção da comunidade internacional e dos tomadores de decisão para nossa experiência, mostrando que fazemos parte da solução. Que trabalhem conosco. Que nos ouçam. Que sejam aliados, e não apenas beneficiários. Que sejam aliados neste processo e sejam reconhecidos, com justiça e igualdade, em nome das futuras gerações dos povos indígenas e das comunidades locais, em nome da Mãe Terra e dos direitos da natureza.”

-Juan Carlos Jintiach
Secretário Executivo da Aliança Global
de Comunidades Territoriais (GATC)



Centralizando as Cinco Demandas da GATC: um roteiro a partir da Declaração de Brazzaville

As conclusões deste relatório reafirmam o que os povos indígenas e as comunidades locais das grandes bacias florestais do mundo vêm declarando há muito tempo: **é urgente adotar ações baseadas em direitos para proteger os territórios, interromper atividades destrutivas e garantir a liderança daqueles que têm protegido a natureza há gerações.** A Declaração de Brazzaville expressa essa visão, oferecendo “um roteiro que o mundo deve seguir rumo a um futuro justo”, capaz de enfrentar as crises ecológicas e climáticas globais. Seus compromissos ecoam as Cinco Demandas da GATC, que fornecem um plano claro de ação.

Embora esse marco de soluções ofereça orientações globais importantes, suas recomendações não devem ser tratadas como soluções universais. Estruturas globais podem orientar, mas não substituem abordagens enraizadas e contextualizadas. A Declaração de Brazzaville deve ser usada como referência para demandas mais específicas, em escala regional, nas áreas analisadas neste relatório.

1) Direitos territoriais: reconhecimento dos territórios e da governança

“Nós, os povos indígenas e as comunidades locais, mantemos profundos laços espirituais, culturais, sociais e econômicos com nossas terras, territórios e recursos.”⁸³

A Declaração de Brazzaville faz um apelo aos governos para:

- Ratificar e implementar os instrumentos internacionais de direitos humanos (Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a Convenção 169 da OIT e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas) e cumprir as obrigações da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, incluindo a **Recomendação Geral nº 39, que trata dos direitos das mulheres e meninas indígenas.**
- Garantir os direitos coletivos dos PIs e das CLs sobre suas terras, territórios e recursos, assegurando sua inclusão na governança e o direito de se beneficiarem deles.
- Priorizar o reconhecimento e a proteção legal dos territórios indígenas e tradicionais nos marcos de clima e biodiversidade, como as— **NDCs, os NBSAPs e o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (KMGBF)** —como estratégia central para alcançar a Meta 3 (30x30).
- Garantir a proteção dos **territórios dos Povos Indígenas em Isolamento e Contato Inicial (PIACI)** em todas as ações climáticas, reconhecendo sua imensa importância e vulnerabilidade.

2) Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI): Nada sobre nós sem nós

“Nada sobre nós pode acontecer sem nós.”

Essa demanda requer que os governos e organismos internacionais:

- Garantam a participação plena e efetiva dos povos indígenas na Década das Nações Unidas para o Reflorestamento e Florestamento (2027–2036) e em outros processos globais de formulação de políticas
- Incorporem o Consentimento Livre, Prévio e Informado (CLPI) em todas as decisões que afetem os territórios dos povos indígenas e das comunidades locais, incluindo a suspensão da extração de combustíveis fósseis, da mineração, da agropecuária industrial e de outras atividades destrutivas.
- Reformem leis e políticas para eliminar brechas jurídicas que permitem concessões extrativas em áreas protegidas, Áreas-Chave de Biodiversidade (KBAs) e territórios de Pls e CLs, além de reverter o retrocesso de proteções ambientais (Rebaixamento, Redução e Extinção de Áreas Protegidas [PADDD]).
- Adotem medidas urgentes para pôr fim ao desmatamento e à degradação florestal até 2030, em conformidade com a Declaração de Glasgow sobre Florestas e Uso da Terra e o Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (KMGBF).

3) Financiamento direto – investimento em soluções autodeterminadas

“Investir em nossos territórios é fundamental para combater as mudanças climáticas, a desertificação e a perda de biodiversidade em benefício de toda a humanidade.”

A Declaração faz um apelo a governos, doadores e aliados para:

- Garantir que pelo menos 40% dos recursos destinados ao clima, à biodiversidade e ao meio ambiente cheguem diretamente aos povos indígenas e às comunidades locais, por meio de suas próprias organizações representativas e mecanismos de gestão.
- Assegurar que o financiamento climático não tenha origem em violações de direitos nem sustente projetos nocivos, como grilagem de terras, exploração de combustíveis fósseis, plantações industriais, mineração, agronegócio ou extração madeireira.
- Fortalecer a capacidade das organizações indígenas e comunitárias para gerir recursos diretos, criando sistemas transparentes de acompanhamento e monitoramento dos fluxos financeiros.
- Expandir iniciativas como o Compromisso de Posse Florestal dos Povos Indígenas e Comunidades Locais e apoiar a participação de Pls e CLs no projeto do Tropical Forests Forever Facility (TFFF)⁸⁴ para garantir que pelo menos 20% do seu financiamento flua diretamente para seus territórios.

4) Proteção da vida – fim da violência e da criminalização

“Exigimos o fim da violência e da criminalização injusta que sofremos ao protegemos nossos territórios. É a nossa voz coletiva que clama pelo respeito dos nossos direitos.”

A Declaração faz um apelo aos governos para:

- Aprovar uma convenção global para proteger os defensores de direitos humanos ambientais, incluindo lideranças indígenas e comunitárias.
- Adotar medidas urgentes contra a corrupção, a impunidade, as ameaças e a violência, além de apoiar mecanismos de proteção coletiva das comunidades, como monitoramento territorial e sistemas de alerta precoce.
- Apoiar a produção de dados e mapas globais sobre o estado das florestas, dos ecossistemas e dos direitos territoriais indígenas, a fim de reforçar a responsabilização e a proteção.

5) Saberes tradicionais – respeito aos conhecimentos e aos direitos culturais

“O cerne das nossas identidades culturais e dos nossos modos de vida está nos saberes e inovações tradicionais que compartilhamos.”

A Declaração faz um apelo ao mundo para:

- Reconhecer os povos indígenas como detentores do conhecimento e guardiões da biodiversidade, em conformidade com a Declaração de Genebra e as iniciativas da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).
- Decolonize intellectual property systems a fim de impedir a exclusão ou exploração dos saberes e das ciências tradicionais sem consentimento.
- Garantir que todas as políticas em nossos territórios integrem proativamente nosso conhecimento e valorizem a liderança, a experiência e o conhecimento ancestral das mulheres e jovens indígenas como essenciais para soluções climáticas e de biodiversidade.

Rumo a um futuro justo

Juntos, esses compromissos expressam a visão coletiva da GATC: um futuro em que os povos indígenas e as comunidades locais sejam reconhecidos como detentores de direitos e tomadores de decisões, com terras seguras, governança autodeterminada e apoio direto para continuar protegendo as últimas florestas e ecossistemas vitais do mundo. A resposta somos nós, todos nós.

Conclusão

Este relatório ressalta uma verdade única e inegável: o futuro das florestas tropicais do mundo e além é inseparável dos direitos, da governança e da administração dos povos indígenas e das comunidades locais. Em todas as regiões e estudos de caso, as evidências são claras: onde os territórios indígenas são respeitados e protegidos, os ecossistemas prosperam e, onde são violados, a destruição se instala.

A Declaração de Brazzaville, adotada durante o Primeiro Congresso Global de Povos Indígenas e Comunidades Locais das Bacias Florestais, representa ao mesmo tempo um marco político e um modelo voltado para o futuro na gestão dos recursos naturais. O documento articula um caminho claro para sair do ciclo de desapropriação e colapso ecológico: reconhecimento dos direitos indígenas à terra, implementação genuína do Consentimento Livre, Prévio e Informado, financiamento direto às comunidades, proteção da vida em todas as suas formas e respeito ao conhecimento tradicional. Essas demandas não são abstratas, elas são baseadas na experiência vivida, na defesa territorial e em gerações de gestão responsável comprovada.

O que é necessário agora não é mais reconhecimento, e sim ação decisiva. Os governos devem alinhar suas políticas nacionais a esses compromissos, garantindo que as estratégias de biodiversidade e de clima, seja no âmbito do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal, do Acordo de Paris ou dos planos nacionais de desenvolvimento, coloquem a liderança indígena no centro das decisões e ações. Os agentes financeiros devem redirecionar os recursos das indústrias extrativas para iniciativas de conservação e governança lideradas por indígenas. As instituições internacionais precisam ir além do reconhecimento simbólico e implementar padrões efetivos que garantam a proteção de direitos, territórios e defensores.

A campanha “[A Resposta Somos Nós](#)” da GATC lembra ao mundo que a liderança indígena é a solução para a perda da biodiversidade, as mudanças climáticas e a sobrevivência cultural. O caminho a seguir é claro: garantir direitos, redistribuir poder e valorizar os milênios de gestão responsável dos povos indígenas e comunidades locais. Fazer isso não pode ser apenas um gesto simbólico de solidariedade. É preciso reconhecer que essa é a solução mais eficaz, justa e escalável para as crises interligadas da perda de biodiversidade, das mudanças climáticas e da sobrevivência cultural.

Não haverá preservação da vida em um planeta em chamas. A crise climática também é uma crise de liderança e valores. A ciência confirma o que o conhecimento ancestral sempre soube: a justiça climática só será possível se houver também justiça territorial, social e popular.

- The Answer Is Us Campaign

Mulheres indígenas Waorani caminham em Gareno, Equador, em 7 de dezembro de 2015. Crédito da imagem: Pablo Cozzaglio/AFP via Getty Images)

Metodologia

Criação, consulta e validação do relatório

Este relatório não teria sido possível sem a parceria da Aliança Global para Comunidades Territoriais, Aliansi Masyarakat Adat Nusantara (AMAN, Aliança dos Povos Indígenas do Arquipélago, Indonésia), a Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques (AMPB, Aliança Mesoamericana de Povos e Florestas), a Coordinadora de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazónica (COICA, Coordenação das Organizações Indígenas da Bacia Amazônica) e Réseau des Populations Autochtones et Locales pour la Gestion Durable des Écosystèmes Forestiers d’Afrique Centrale (REPALEAC, Rede de Comunidades Indígenas e Locais para a Gestão Sustentável de Ecossistemas Florestais na África Central).

O conteúdo deste relatório é o produto de mais de 18 meses de conversas formais e informais, reuniões e consultas, durante as quais definimos o escopo e a estrutura do relatório, identificamos estudos de caso, entrevistamos lideranças indígenas e comunitárias e validamos o conteúdo do relatório. Os principais momentos de consulta presencial incluíram o Fórum Permanente das Nações Unidas sobre Questões Indígenas (abril de 2025), o Primeiro Congresso Global sobre Povos Indígenas e Comunidades Locais das Bacias Florestais em Brazzaville (maio de 2025) e a Semana do Clima de Nova York (setembro de 2025).

Estudos de caso

TOs estudos de caso sobre ameaças e soluções territoriais apresentados neste relatório buscam destacar as pressões extrativas atuais e futuras enfrentadas pelos povos indígenas e comunidades locais (PIs e CLs), além de evidenciar as diversas formas pelas quais essas comunidades e o movimento indígena têm respondido a tais ameaças para gerir seus territórios de maneira eficaz. Esses estudos de caso foram escolhidos em consulta com a GATC, suas organizações membros e parceiros locais. O conteúdo dos estudos de caso foi informado por entrevistas conduzidas pelo Zoom ou, quando necessário, por e-mail, e complementado com pesquisa documental. Os estudos de caso foram revisados e validados por parceiros regionais e/ou locais.

Amazônia

O estudo de caso sobre o corredor Yavari-Tapiche é baseado em uma série de conversas com a Associação Interétnica para o Desenvolvimento da Floresta Tropical Peruana (AIDSEP), a Organização Regional dos Povos Indígenas do Leste (ORPIO), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI) e a Rainforest Foundation Norway. O estudo de caso sobre ameaças ao Território Waorani no Equador foi desenvolvido em colaboração com a Nacionalidad Waorani del Ecuador (NAWE). O estudo de caso sobre Entidades Territoriais Indígenas na Colômbia foi validado pela COICA e pela Organização Nacional dos Povos Indígenas da Amazônia Colombiana (OPIAC). Os estudos de caso sobre ameaças aos povos indígenas no Mato Grosso do Sul, financiamento liderado por indígenas e a NDC Indígena do Brasil foram todos validados pela APIB.

Congo

Os estudos de caso sobre a paisagem do TRIDOM, florestas comunitárias na RDC e a lei dos pigmeus da RDC foram baseados em conversas e validados pela REPALEAC. O estudo de caso sobre conservação liderada pela comunidade em Camarões foi desenvolvido em colaboração com a Ajemalebu Self Help (AJESH).

Indonésia

Os estudos de caso de ameaça territorial e solução territorial foram escritos e validados pela AMAN.

Mesoamérica

O estudo de caso sobre a Mosquitia é baseado em entrevistas com líderes indígenas do MASTA e Inwanka Raya na Mosquitia hondurenha e nicaraguense. O estudo de caso sobre a gestão florestal comunitária na Serra Norte de Puebla baseia-se numa entrevista e foi escrito em colaboração com Gustavo Sanchez, Presidente da Rede Mexicana de Organizações Florestais Comunitárias (Red MOCAF). O caso sobre gestão florestal comunitária na Guatemala é baseado nas respostas da ACOFOP. O estudo de caso sobre a governança de Gunayala foi validado por Iniquilipi Chiari-Lombardo, contato técnico do movimento juvenil com a GATC e fundador do Congresso da Juventude Guna. Estudos de caso também foram revisados pela AMPB.

Metodologia de Análise Espacial

Nota sobre os Dados:

As análises geoespaciais neste relatório são uma tentativa de capturar potenciais ameaças extrativas às terras de PIs e CLs usando os dados e métodos mais recentes e precisos disponíveis. Dessa forma, os resultados dessas análises podem mudar entre os relatórios à medida que os dados e/ou métodos são atualizados. O Banco de Dados Mundial de Áreas-Chave para a Biodiversidade (WDKBA) divulga atualizações regulares com base em processos de avaliação nacionais. O Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA) apresenta inconsistências de dados conhecidas devido aos relatórios de dados do governo nacional. Levamos essas inconsistências em conta sempre que possível.

A Earth Insight adota uma abordagem preventiva para estimar a área potencial sob ameaças de petróleo, gás, mineração e exploração madeireira. Os dados de petróleo e gás usados nas análises deste relatório incluem blocos de produção ativos e áreas em vários estágios de exploração e licenciamento. Essa abordagem fornece a visão mais abrangente das áreas ameaçadas pelas indústrias extrativas.

Há lugares onde os blocos de petróleo e gás, as concessões de mineração e as concessões de exploração madeireira se sobrepõem. Dada a ameaça distinta que cada atividade industrial representa, as sobreposições com ecossistemas e comunidades foram calculadas separadamente para cada uma e não devem ser combinadas.

Há inconsistência na documentação e no status de posse das terras de Pls e CLs, na disponibilidade de dados e no contexto político entre regiões e entre países, e nossas abordagens para mapas locais e regionais foram adaptadas de acordo. Os dados espaciais sobre as terras reconhecidas de Pls e CLs foram utilizados sempre que disponíveis, enquanto os direitos comunitários sobre recursos, as terras não reconhecidas e indicadores indiretos serviram de base para a análise em áreas com dados limitados. Áreas sem dados nos mapas deste relatório podem ter terras de povos indígenas e comunidades locais não coletadas, não registradas ou não reconhecidas e não devem ser interpretadas como não tendo presença ou reivindicações de terras de Pls ou CLs.

O limite “Região Amazônica” da Rede Amazônica de Informações Socioambientais Georreferenciadas (RAISG) foi utilizado para definir o limite da Amazônia na análise. Observe que isso difere ligeiramente dos limites da Bacia Amazônica e do Bioma Amazônico.

Análise das ameaças extrativas

Blocos de petróleo e gás

A extensão dos blocos de petróleo e gás foi compilada pela Earth Insight com base em publicações oficiais recentes dos Ministérios de Recursos Naturais ou Energia e das empresas nacionais de petróleo do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Belize, México, República Democrática do Congo, República do Congo, República Centro-Africana, Gabão, Camarões, Guiné Equatorial e Indonésia.

Concessões de mineração

A extensão dos blocos de mineração foi compilada pela Earth Insight com base em publicações oficiais recentes dos Ministérios de Minas e Recursos Naturais do Brasil, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Panamá, Costa Rica, Nicarágua, El Salvador, Guatemala, Belize, México, República Democrática do Congo, República do Congo, República Centro-Africana, Gabão, Camarões e Guiné Equatorial. Os dados de concessão de mineração para a Indonésia são da Auriga Nusantara; os dados de concessão para a Venezuela, Guiana e Suriname são do RAISG (2023); e os dados para a República Democrática do Congo, a República do Congo, a República Centro-Africana, o Gabão e Camarões são complementados por dados do Global Forest Watch (2015).

Concessões de exploração madeireira

A extensão das concessões de exploração madeireira foi compilada pela Earth Insight com base em publicações oficiais recentes dos Ministérios de Florestas e Meio Ambiente do Brasil, Bolívia, Peru, Guiana, Suriname, República Democrática do Congo, República do Congo, República Centro-Africana, Gabão, Camarões, Guiné Equatorial e Indonésia. Os dados de concessão de exploração madeireira para a Indonésia são da Auriga Nusantara, e os dados para a República Democrática do Congo, República do Congo, República Centro-Africana, Gabão e Camarões são complementados por dados da Global Forest Watch (2015). Dados de concessão de exploração madeireira não estão disponíveis para Colômbia,

Venezuela, Equador e Guiana Francesa; portanto, esses países são excluídos de nossa análise na Amazônia.

Mapas de ameaças extrativas regionais:

Processamento de camadas

Antes de calcular as áreas de territórios indígenas, comunidades locais, territórios indígenas indicativos, áreas protegidas, áreas-chave para a biodiversidade, reservas PIACI, blocos de petróleo e gás, concessões de mineração, concessões de exploração madeireira, projetos de reflorestamento e concessões florestais comunitárias, recursos duplicados e sobrepostos foram removidos.

Análise de ameaças

As áreas de camadas sociais e ambientais sobrepostas por blocos de petróleo e gás, concessões de mineração e concessões de exploração madeireira foram calculadas pela intersecção dessas respectivas camadas de valor com as camadas de petróleo e gás, mineração ou exploração madeireira. As áreas de sobreposição resultantes foram somadas por região.

Estudos de caso:

Amazônia

Ameaças ao Corredor Yavari-Tapiche

O limite proposto para o Corredor Yavari-Tapiche foi fornecido pela ORPIO e serve como área de estudo para esta análise. As reservas PIACI foram fornecidas pela AIDSEP, com base em dados do Ministério da Cultura do Peru. O Corredor Yavari-Tapiche e as reservas PIACI foram interseccionadas com blocos de petróleo e gás, concessões de mineração e concessões madeireiras para calcular as áreas sob risco de áreas extrativas. A floresta tropical úmida intacta sob ameaça de blocos de petróleo e gás e concessões de exploração madeireira dentro do corredor foi calculada pela intersecção do produto de cobertura da Floresta Tropical Úmida (TMF) do JRC (Vancutsem et al., 2021) com as camadas extrativas usando o Histograma Zonal e, em seguida, resumindo o número de pixels. Este mapa foi criado em consulta com ORPIO, AIDSEP e CTI.

Ameaças ao território Waorani

A Reserva da Biosfera Yasuní é a área analisada neste estudo de caso. Os blocos de petróleo e gás foram sobrepostos ao território Waorani para calcular a área ocupada por essas atividades, e os resultados foram somados de acordo com o status de cada bloco. Blocos de petróleo e gás também foram sobrepostos ao Parque Nacional Yasuní para calcular a Área Protegida sobreposta por petróleo e gás, visto que muitas comunidades Waorani vivem dentro do parque nacional. Os pontos de contaminação por petróleo mostrados no mapa incluem apenas relatórios oficiais de contaminação relatados entre 2008 e 2017. Este mapa foi criado em parceria com a NAWÉ.

Ameaças ao Mato Grosso do Sul

A área analisada deste estudo de caso é o estado do Mato Grosso do Sul. A área de terras agrícolas foi calculada utilizando o conjunto de dados Coleção 10.0 de Cobertura e Uso da Terra do Brasil, do MapBiomas. A categoria “Agricultura” inclui tipos de uso da terra para agricultura, pastagem e plantações florestais, que foram reclassificados em um único tipo de cobertura de terra agrícola para esta análise. A área de desmatamento foi calculada usando a Coleção 9.0 Desmatamento do Brasil do MapBiomas. A área de terras agrícolas em territórios indígenas foi calculada pela interseção da camada raster de áreas agrícolas com a camada de territórios indígenas, utilizando a ferramenta Zonal Histogram, seguida do somatório do número de pixels. Essa etapa foi repetida para Mato Grosso do Sul.

Congo

Paisagem TRIDOM

A área de estudo da paisagem TRIDOM usa um limite do Fundo Mundial para a Natureza (WWF). A camada de Florestas Comunitárias do Gabão, Camarões e República do Congo foi cruzada com concessões de exploração madeireira e concessões de mineração para calcular a área de Florestas Comunitárias sob ameaça de cada atividade extrativa. A camada Presença Indicativa de Povos Indígenas mostra áreas administrativas onde se sabe que há presença de povos indígenas.

Perda florestal no TRIDOM

Este mapa de estudo de caso combina imagens de satélite do Planet Labs de maio de 2025 com dados do ano de perda florestal (Hansen et al., 2024) para mostrar a distribuição da perda florestal ao longo de três períodos no norte da República do Congo, na fronteira com Camarões.

Florestas Comunitárias, República Democrática do Congo

A área de estudo é definida como as províncias de Equateur, Maï-Ndombe e Tshuapa, no oeste da República Democrática do Congo. A camada de Floresta Comunitária foi sobreposta a concessões madeireiras e blocos de petróleo para calcular a área de Florestas Comunitárias sob ameaça de cada atividade extrativa. A floresta tropical úmida intacta em florestas comunitárias foi calculada pela sobreposição do produto de cobertura da Floresta Tropical Úmida (TMF) do JRC (Vancutsem et al., 2021) com a camada da Floresta Comunitária usando o Histograma Zonal e, em seguida, resumindo o número de pixels. A camada Presença Indicativa de Povos Indígenas mostra áreas administrativas onde se sabe que há presença de povos indígenas.

Indonésia

Ameaças ao território indígena Pocoleok

A área analisada deste estudo de caso é a Área de Trabalho Geotérmico (WKP) da Usina Geotérmica de Ulumbu, na Ilha de Flores. O polígono da Área de Trabalho Geotérmico é definido pelo Ministério de Energia e Recursos Minerais da Indonésia (ESDM). A camada de territórios indígenas da AMAN foi sobreposta à Área de Trabalho Geotérmico para calcular a área sob ameaça. Esta área não inclui territórios indígenas indicativos. Essa etapa foi repetida com uma camada poligonal de cobertura florestal do Ministério de Florestas para

calcular a área de floresta dentro dos territórios indígenas. Este mapa foi feito pela AMAN em colaboração com a Earth Insight.

Ameaças ao Território Indígena O’Hongana Manyawa

Este estudo de caso analisa a ameaça aos povos indígenas, especificamente os O’Hongana Manyawa, no norte de Maluku. A camada de territórios indígenas da AMAN foi sobreposta às concessões de mineração para calcular a área sob ameaça de mineração. Este mapa foi feito em colaboração pela Earth Insight e a análise espacial foi conduzida pela AMAN.

Ameaças ao território indígena Tano Batak

A área analisada deste estudo de caso abrange as Concessões Florestais Toba Pulp Lestari, no norte de Sumatra. A camada de territórios indígenas da AMAN foi sobreposta às concessões florestais para calcular a área sob ameaça florestal. Esta área não inclui territórios indígenas indicativos. Essa etapa foi repetida com uma camada poligonal de cobertura florestal do Ministério de Florestas para calcular a área de floresta dentro dos territórios indígenas. Este mapa foi feito pela AMAN em colaboração com a Earth Insight.

Mesoamérica

Mosquitia

A área de estudo é definida como os departamentos de Colón, Gracias a Dios e Olancho em Honduras e a Região Autônoma do Caribe Norte, a Região Autônoma do Caribe Sul e o departamento de Jinotega na Nicarágua. A camada de territórios de Pls e CLs do AMPB foi sobreposta a concessões de mineração para calcular a área sob ameaça de cada atividade extrativa. A floresta tropical úmida intacta em terras de Pls e CLs foi calculada pela intersecção do produto de cobertura da Floresta Tropical Úmida (TMF) do JRC (Vancutsem et al., 2021) com a camada de terra de Pls e CLs usando o Histograma Zonal e, em seguida, resumindo o número de pixels. A perda florestal entre 2014 e 2024 foi calculada pela intersecção do produto Hansen Forest Loss Year (Hansen et al., 2024) com as camadas Pls e CLs usando o Histograma Zonal e, em seguida, resumindo o número de pixels para os anos de 2014 a 2024. Este mapa foi criado em consulta com a AMPB e líderes indígenas em Honduras e Nicarágua.

Ameaças extrativas e manejo florestal comunitário na Serra Norte de Puebla

A área de estudo da Serra Norte de Puebla inclui os seguintes municípios do estado mexicano de Puebla: Ahuacatlán, Ahuazotepec, Amixtlán, Aquiztla, Camocuautla, Chiconuautla, Chicnahuapan, Coatepec, Ciiaitempan, Fransisco S Mena, Hermenegildo Galeana, Honey, Huauchinango, Iztacamazitlán, Jalpan, Jopala, Juan Galindo, Naupan, Olintla, Pahuatlán, Pantepec, San Felipe Tepatlán, Tepango de Rodríguez, Tepetzingtla, Tetela de Ocampo, Tlacuilotepec, Tlaola, Tlapacoya, Tlaxco, Cenustiano, Carranza, Xicotepec, Xochiapulco, Zacatlán, Sihuateutla e Zongozotla. As Comunidades Coletivas Regionais incluem as 19 comunidades ejidais que aderiram ao Coletivo Regional em Defesa das Florestas e Territórios: Ajolotla, Acolihuia, Cruz de Ocote, Poxcuatzingo, Tecoltemic, Tlacuitlapa, Atexca, San Francisco Terrerillos, Sebastopol, El Manantial, Tenejac, Eloxochitlán, Jicolapa, Tulimán, Río Blanco, Atotonilco, Ixtlahuaca, Mesa Chica e El Terrero. A camada

de territórios de Pls e CLs foi interseccionada com concessões de mineração e blocos de petróleo e gás para calcular a área sob ameaça de cada atividade extrativa. Essa etapa foi repetida com a camada Comunidades Coletivas Regionais. O MOCAF Vermelho forneceu polígonos para projetos de reflorestamento comunitário. Este mapa foi criado em consulta com a AMPB e a Red MOCAF.

Gestão florestal comunitária, Reserva da Biosfera Maia

A área analisada para este estudo de caso são as florestas comunitárias administradas pela ACOFOP (Associação de Comunidades Florestais em Petén) em Petén, Guatemala. A perda florestal entre 2014 e 2024 foi calculada pela intersecção do produto Hansen Forest Loss Year (Hansen et al., 2024) com as florestas geridas pela comunidade usando o Histograma Zonal e, em seguida, resumindo o número de pixels para os anos de 2014 a 2024. Essa etapa foi repetida para toda a Guatemala para calcular a perda florestal do país no mesmo período. Este mapa foi criado em consulta com a AMPB e a ACOFOP.

Defensores ambientais mortos e desaparecidos

Esta análise usa o conjunto de dados da Global Witness sobre defensores da terra e do meio ambiente desaparecidos e assassinados, que rastreou mortes de defensores ambientais entre 2012 e 2024. Para uma metodologia completa, consulte [Global Witness \(2025\)](#) . O conjunto de dados foi filtrado e recategorizado pela região da GATC (Amazônia, Congo, Indonésia, Mesoamérica) com base no país associado ao evento. Usando esse conjunto de dados filtrado, também filtramos onde o fator determinante do evento estava vinculado às indústrias extrativas ou madeireiras e pelas características do defensor morto ou desaparecido. Nem todas as entradas incluem atributos sobre drivers ou características de eventos, portanto esses números são apenas ilustrativos.

Data Sources

Amazon

- Amazon Region Boundary:** RAISG (Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada). RAISG Limits, 2024. Available at: <https://raisg.socioambiental.org/>
- Change from natural areas to farm lands since 1985 (Mato Grosso do Sul):** MapBiomas – Collection 9.0 of the annual series of Maps of Transition of Brazil, accessed through the link: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>
- Corridor of Biodiversity, Tagaeri Taromenane Exclusion Zone, ZITT Buffer Zone, Yasuni Biosphere Reserve:** NAWÉ, 2025
- Country Borders:** Natural Earth (2024).
- Deforestation (Mato Grosso do Sul):** MapBiomas – Collection 9.0 of the annual series of Maps of Deforestation of Brazil, accessed through the link: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>
- Disputed boundaries:** University of California, Santa Barbara, World Boundaries of Disputed Areas. Available at: <https://hub.arcgis.com/datasets/ucsb::world-boundaries-of-disputed-areas/about>
- Illegal Activity:** Centro de Trabalho Indigenista, 2025.
- Indigenous Territories and Local Communities:** Amazon (Brazil, Peru, Ecuador, Suriname, Guyana, Bolivia, Colombia, Venezuela, French Guiana): RAISG, 2024; Mato Grosso do Sul: FUNAI, 2025.
- Key Biodiversity Areas:** BirdLife International (2024) World Database of Key Biodiversity Areas. Developed by the KBA Partnership: BirdLife International, International Union for the Conservation of Nature, American Bird Conservancy, Amphibian Survival Alliance, Conservation International, Critical Ecosystem Partnership Fund, Global Environment Facility, Re:Wild (formerly Global Wildlife Conservation), NatureServe, Rainforest Trust, Royal Society for the Protection of Birds, Wildlife Conservation Society,iq and World Wildlife Fund. September 2024 version. Available at <http://keybiodiversityareas.org/kba-data/request>
- Landcover (Mato Grosso do Sul):** MapBiomas – Collection 10.0 of the annual series of Maps of Land Cover and Use of Brazil, accessed through the link: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>
- Logging/Wood Concessions:** Brazil: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; Suriname: Stichting voor Bosbeheer en Bostoezicht; Guyana: Guyana Forestry Commission Forest Allocation; Peru: Servicio Nacional Forestal y de Fauna Silvestre; Bolivia: Ministerio de Medio Ambiente y Agua.
- Mining Concessions:** Minebase (2025), Earth Insight; Brazil: Agência Nacional de Mineração; Suriname: RAISG; Guyana: Guyana Geology and Mines Commission; Venezuela: Ministerio de Energía y Minas; Colombia: Agencia Nacional de Minería; Ecuador: Agencia de Regulación y Control de Energía y Recursos Naturales No Renovables; Peru: Instituto Geologico, Minero y Metalurigo; Bolivia: Ministerio de Planificación de Desarrollo.
- Oil and Gas Blocks:** Oilbase (2025), Earth Insight; Brazil: Brazilian National Agency of

Petroleum and Natural Gas and Biofuels; Suriname: Staatsolie; Guyana: Guyana Extractive Industries Transparency Initiative; Venezuela: Ministerio de Energía y Petróleo; Colombia: Agencia Nacional de Hidrocarburos de Colombia; Ecuador: Ministerio de Energía y Minas; Peru: PetroPeru; Bolivia: Ministerio de Hidrocarburos; French Guiana: Staatsolie; **Oil Contamination:** Ministerio del Ambiente, Agua y Transición Ecológica, December 2022 **Oil/Gas Wells:** Ministerio de Energía y Minas, July 2023
PIACI Reserves: AIDSEP, 2025.
Proposed Roads: RAISG (Red Amazónica de Información Socioambiental Georreferenciada). Roads, 2024. Available at: <https://raisg.socioambiental.org/>
Protected Areas: UNEP-WCMC and IUCN (2025), Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA) [Online], April 2025, Cambridge, UK: UNEP-WCMC and IUCN. Available at: www.protectedplanet.net.
Satellite Imagery (Basemap): Esri. “World Imagery” basemap. Esri, Maxar, Earthstar Geographics, and the GIS User Community
Satellite Imagery (Mato Grosso do Sul): Planet Labs PBC. (2025). Tropical Normalized Analytic Monthly Mosaic, August 2025. Tropical Forest Observatory.
Tropical Moist Forest: European Commission (Undisturbed and degraded tropical moist forest 1982–2024) Available at: <https://forobs.jrc.ec.europa.eu/TMF>
Yavari Tapiche Boundary: ORPIO (Organización Regional de los Pueblos Indígenas del Oriente), 2025

Congo

Community Forests: Ministry of Environment and Sustainable Development (MEDD). (2025) Community Forests. Available from <https://rdc.geocfcl.org/applications/>
Country Borders: Global Database of Administrative Areas - GADM (v. 3.6) [dataset]. Available at <https://gadm.org/index.html>
Forest Loss: Hansen, M. C., P. V. Potapov, R. Moore, M. Hancher, S. A. Turubanova, A. Tyukavina, D. Thau, S. V. Stehman, S. J. Goetz, T. R. Loveland, A. Kommareddy, A. Egorov, L. Chini, C. O. Justice, and J. R. G. Townshend. 2013. “High-Resolution Global Maps of 21st-Century Forest Cover Change.” Science 342 (15 November): 850-53. 10.1126/science.1244693
Data available on-line at: <https://glad.earthengine.app/view/global-forest-change>.
Indicative Presence of Indigenous Peoples: Landmark Map, 2024. Available at <https://landmarkmap.org/data-methods/access-data>
Key Biodiversity Areas: BirdLife International (2024) World Database of Key Biodiversity Areas. Developed by the KBA Partnership: BirdLife International, International Union for the Conservation of Nature, American Bird Conservancy, Amphibian Survival Alliance, Conservation International, Critical Ecosystem Partnership Fund, Global Environment Facility, Re:Wild (formerly Global Wildlife Conservation), NatureServe, Rainforest Trust, Royal Society for the Protection of Birds, Wildlife Conservation Society,iq and World Wildlife Fund. September 2024 version. Available at <http://keybiodiversityareas.org/kba-data/request>
Logging Concessions: Global Forest Watch (2015); Cameroon: Ministry of Forestry and Wildlife ; Republic of Congo: Ministry of Forest Economy of the Republic of Congo; Gabon:

Ministry of Economy, Forestry, Water, Finishing and Aquaculture; Democratic Republic of the Congo: Ministry of Environment and Sustainable Development; Central African Republic: Ministry of Water, Forests, Hunting and Fishing ; Equatorial Guinea: Ministry of Agriculture and Forests.
Mining Concessions: Minebase (2025), Earth Insight; Cameroon:Ministry of Forestry and Wildlife of Cameroon,; Republic of Congo:Ministry of Mines and Geology; Gabon:Ministry of Mines; Democratic Republic of the Congo:Cadastre Minier (CAMI); Central African Republic:Ministry of Mines and Geology; Equatorial Guinea: Ministry of Mines and Hydrocarbons.
Oil and Gas Blocks: Oilbase (2025), Earth Insight; Cameroon:Ministry of Mines, Industry and Technological Development,; Republic of Congo: Ministry of Hydrocarbons ; Gabon:Ministry of Oil, Gas and Hydrocarbons; Democratic Republic of the Congo:Ministry of Hydrocarbons; Central African Republic:Ministry of Mines and Geology; Equatorial Guinea: Ministry of Mines and Hydrocarbons.
Protected Areas: UNEP-WCMC and IUCN (2025), Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA) [Online], April 2025, Cambridge, UK: UNEP-WCMC and IUCN. Available at: www.protectedplanet.net.
Satellite Imagery (Basemap): Esri. “World Imagery” basemap. Esri, Maxar, Earthstar Geographics, and the GIS User Community
Satellite Imagery (TRIDOM): Planet Labs PBC. (2025). Tropical Normalized Analytic Monthly Mosaic, May 2025. Tropical Forest Observatory.
Tropical Moist Forest: European Commission (Undisturbed and degraded tropical moist forest 1982–2024) Available at: <https://forobs.jrc.ec.europa.eu/TMF>

Indonesia

Country Borders: Natural Earth (2024).
Indicative Indigenous Territory: BRWA, 2025
Indigenous Territories: BRWA/AMAN, 2025.
Geothermal Plants: Ministry of Energy and Mineral Resources, 2025
Geothermal Working Area: Ministry of Energy and Mineral Resources, 2025
Key Biodiversity Areas: BirdLife International (2024) World Database of Key Biodiversity Areas. Developed by the KBA Partnership: BirdLife International, International Union for the Conservation of Nature, American Bird Conservancy, Amphibian Survival Alliance, Conservation International, Critical Ecosystem Partnership Fund, Global Environment Facility, Re:Wild (formerly Global Wildlife Conservation), NatureServe, Rainforest Trust, Royal Society for the Protection of Birds, Wildlife Conservation Society,iq and World Wildlife Fund. September 2024 version. Available at <http://keybiodiversityareas.org/kba-data/request>
Logging/Wood Concessions: Auriga, 2025
Mining Concessions: Minebase (2025), Earth Insight; Auriga.
Oil and Gas Blocks: Oilbase (2025), Earth Insight; Indonesia: Ministry of Energy and Mineral Resources.
Protected Areas: UNEP-WCMC and IUCN (2025), Protected Planet: The World Database

on Protected Areas (WDPA) [Online], April 2025, Cambridge, UK: UNEP-WCMC and IUCN. Available at: www.protectedplanet.net.

Satellite Imagery (Basemap): Esri. “World Imagery” basemap. Esri, Maxar, Earthstar Geographics, and the GIS User Community

Satellite Imagery (O’Hangana Manyawa): Planet Labs PBC. (2024). Tropical Normalized Analytic Monthly Mosaic, October 2024. Tropical Forest Observatory.

Mesoamerica

Country Borders: Global Database of Administrative Areas - GADM (v. 3.6) [dataset]. Available at <https://gadm.org/index.html>

Forest Loss: Hansen, M. C., P. V. Potapov, R. Moore, M. Hancher, S. A. Turubanova, A. Tyukavina, D. Thau, S. V. Stehman, S. J. Goetz, T. R. Loveland, A. Kommareddy, A. Egorov, L. Chini, C. O. Justice, and J. R. G. Townshend. 2013. “High-Resolution Global Maps of 21st-Century Forest Cover Change.” Science 342 (15 November): 850-53. 10.1126/science.1244693 Data available on-line at: <https://glad.earthengine.app/view/global-forest-change>.

Coral Reefs: UNEP-WCMC, WorldFish Centre, WRI, TNC (2021). Global distribution of warm-water coral reefs, compiled from multiple sources, including the Millennium Coral Reef Mapping Project. Version 4.1. Includes contributions from IMaRS-USF and IRD (2005), IMaRS-USF (2005) and Spalding et al. (2001). Cambridge (UK): UN Environment World Conservation Monitoring Centre. Data DOI: <https://doi.org/10.34892/t2wk-5t34>

Key Biodiversity Areas: BirdLife International (2024) World Database of Key Biodiversity Areas. Developed by the KBA Partnership: BirdLife International, International Union for the Conservation of Nature, American Bird Conservancy, Amphibian Survival Alliance, Conservation International, Critical Ecosystem Partnership Fund, Global Environment Facility, Re:Wild (formerly Global Wildlife Conservation), NatureServe, Rainforest Trust, Royal Society for the Protection of Birds, Wildlife Conservation Society,iq and World Wildlife Fund. September 2024 version. Available at <http://keybiodiversityareas.org/kba-data/request>

Indigenous Territories and Local Communities: Alianza Mesoamericana de Pueblos y Bosques (2024); Landmark Map, 2024. Available at <https://landmarkmap.org/data-methods/access-data>

Mangroves: Bunting P., Rosenqvist A., Lucas R., Rebelo L-M., Hilarides L., Thomas N., Hardy A., Itoh T., Shimada M. and Finlayson C.M. (2018). The Global Mangrove Watch – a New 2010 Global Baseline of Mangrove Extent. Remote Sensing 10(10): 1669. doi: 10.3390/rs1010669.

Mining Concessions: Minebase (2025), Earth Insight; Honduras:Institute of Geology and Mines; Nicaragua: Directorate of Mines; Guatemala:Ministry of Energy and Mines; Panama: Ministry of Commerce and Industry; Costa Rica: Directorate of Geology and Mines

Oil and Gas Blocks: Oilbase (2025), Earth Insight; Honduras:Ministry of Energy; Nicaragua: Ministry of Energy and Mines; Guatemala:Ministry of Energy and Mines; Mexico: Secretary of Energy; Belize: Ministry of Economic Development and Petroleum Government.

Protected Areas: UNEP-WCMC and IUCN (2025), Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA) [Online], April 2025, Cambridge, UK: UNEP-WCMC and IUCN. Available at: www.protectedplanet.net.

Satellite Imagery (Basemap): Esri. “World Imagery” basemap. Esri, Maxar, Earthstar Geographics, and the GIS User Community

Satellite Imagery (Maya Biosphere Reserve): Planet Labs PBC. (2025). Tropical Normalized Analytic Monthly Mosaic, May 2025. Tropical Forest Observatory.

Satellite Imagery (Sierra Norte of Puebla): Planet Labs PBC. (2025). Tropical Normalized Analytic Monthly Mosaic, September 2025. Tropical Forest Observatory.

Seagrass: UNEP-WCMC, Short FT (2021). Global distribution of seagrasses (version 7.1). Seventh update to the data layer used in Green and Short (2003). Cambridge (UK): UN Environment World Conservation Monitoring Centre. Data DOI: <https://doi.org/10.34892/x6r3-d211>

Endnotes

1. Reyta, K., et al. (2024, November 22). Protecting biodiversity hinges on securing Indigenous and community land rights. World Resources Institute. <https://www.wri.org/insights/indigenous-and-local-community-land-rights-protect-biodiversity>
2. Global Witness (2025). 2,253 land and environmental defenders were killed or disappeared between 2012 and 2024 [Data set]. Accessed October 2, 2025. <https://globalwitness.org/en/campaigns/land-and-environmental-defenders/in-numbers-lethal-attacks-against-defenders-since-2012/>
3. Owen, J. R., et al. (2023). Energy transition minerals and their intersection with land-connected peoples. *Nature Sustainability*, 6(2), 203–211. <https://doi.org/10.1038/s41893-022-00994-6>
4. Global Alliance of Territorial Communities. (n.d.) <https://globalalliance.me/>
5. Global Alliance of Territorial Communities. (2025, June 25). Brazzaville Declaration: Our Commitment to Peoples, our Territories, Planet, and Partnership: A Unified Path to COP30 and beyond. [Declaration]. Global Alliance of Territorial Communities. https://globalalliance.me/wp-content/uploads/2025/06/EN_Brazzaville-Declaration-GATC_06-25-2025.pdf
6. The Brazzaville Declaration articulates priorities both globally and at a more targeted regional level. It is important to note, however, that global recommendations cannot always capture the nuance and complexity of local or regional contexts. The declaration's language should be consulted directly, as global recommendations alone cannot fully capture the complexity of local or regional realities.
7. Forest Tenure Funders Group. (2025). Indigenous Peoples and local communities forest tenure pledge: Annual report 2024–2025. <https://www.tenurepledge.org/ftfg-annual-report-2024-full.pdf>
8. León, A., et al. The shadow of oil: A report on oil spills in the Peruvian Amazon from 2000 to 2019. Oxfam Peru. Accessed September 12, 2025.
9. Fernandes Moreira, D., et al. (2019). Mi casa pequeña, mi corazón grande. Política territorial y cosmológica del pueblo Kukama. *Mundo Amazónico*, 10(1), 157–184. Accessed September 12, 2025. <https://doi.org/10.15446/ma.v10n1.73980>
10. Athayde, S., et al. (2025). Interdependencies between Indigenous Peoples, local communities, and freshwater systems in a changing Amazon. *Conservation Biology*, 39(3), e70034.
11. Tobes, I., et al. (2022). Ethnoichthyology and ethnotaxonomy of the Kichwa Indigenous People of Arawanu (Arajuno), in the Ecuadorian Amazon. *Frontiers in Ecology and Evolution*, 10, Article 826781. Accessed September 5, 2025. <https://doi.org/10.3389/fevo.2022.826781>
12. Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible (FCDS Perú). (2025, June 25). Deforestación, cambio de uso de la tierra y actividades ilegales en la Amazonía peruana (2001–2023). Accessed July 25, 2025.
13. Franco, M. A. de M., et al. (2025). How climate change and deforestation interact in the transformation of the Amazon rainforest. *Nature Communications*, 16(1). Accessed September 4, 2025. <https://doi.org/10.1038/s41467-025-63156-0>
14. Santos de Lima, L., et al. (2024). Severe droughts reduce river navigability and isolate communities in the Brazilian Amazon. *Communications Earth & Environment*, 5, 370. Accessed September 12, 2025. <https://www.nature.com/articles/s43247-024-01530-4>
15. Earth Insight (2024). Threat assessment: Oil and gas expansion endangers isolated Indigenous Peoples in Peru. Creative Commons license CC BY-ND 4.0. <https://earth-insight.org/insight/piaci-threats-oil-and-gas-peru>
16. Fernández Aguilar, C. (2023, September 12). Hundreds of oil spill sites threaten Amazon Indigenous lands, protected areas. Mongabay. Accessed September 12, 2025.
17. Domingues, V. S., et al. (2024). Mercury dynamics and bioaccumulation risk assessment in three gold mining-impacted Amazon river basins. *Toxics* 12(8), 59. Accessed September 14, 2025. <https://www.mdpi.com/2305-6304/12/8/599>
18. Domingues, V. S., et al. (2024). Mercury dynamics and bioaccumulation risk assessment in

- three gold mining-impacted Amazon river basins. *Toxics* 12(8), 59. Accessed September 14, 2025.
19. Environmental Law Alliance Worldwide (ELAW). (2024). Federación Huaynakana Kamatahuara Kana v. Petroperú S.A., Ministry of the Environment, & others, Superior Court of Justice of Loreto, Civil Chamber. Accessed September 15, 2025.
20. Paredes Tamayo, I. (2025). Indigenous Amazonians win landmark ruling against mercury pollution in Colombia. Mongabay. Accessed September 3, 2025. <https://news.mongabay.com/2025/07/indigenous-amazonians-win-landmark-ruling-against-mercury-pollution-in-colombia/>
21. Logging data only available for Peru, Bolivia, Guyana, Suriname, and Brazil. Most logging in Brazil occurs on privately held land and is not captured by logging/forest concession data.
22. Fraser, B. (2022). Binational pitch for nature, semi-nomads. *EcoAmericas*. Accessed June 25, 2025. <https://www.ecoamericas.com/issues/article/2022/1/57425189-043A-4104-B6D5-316D0BA67B97>
23. Salazar Herrada, E. (2025). El Ministerio de Cultura está a punto de dejar al Perú con un santuario menos: Yavarí Mirim se retrotrae tras 20 años de espera. Infobae. Accessed July 23, 2025. <https://www.infobae.com/peru/2025/02/02/el-ministerio-de-cultura-esta-a-punto-de-dejar-al-peru-con-un-santuario-menos-Yavarí-mirim-se-retrotrae-tras-20-anos-de-espera/>
24. Ministerio de Cultura. (2025). Solicitud de reserva indígena Tamaya–Abujao (Anexo de RM N.º 133-2025-MC).. Accessed September 6, 2025. <https://transparencia.cultura.gob.pe/sites/default/files/transparencia/2025/05/resoluciones-ministeriales/rm000133-2025-mc-anexo.pdf>
25. Hill, D. (2018). Peru moves to create huge new Indigenous reserves in Amazon. *The Guardian*. Accessed September 4, 2025. <https://www.theguardian.com/environment/andes-to-the-amazon/2018/feb/28/peru-moves-huge-new-indigenous-reserves-amazon>
26. Ministerio de Cultura. (2025).
27. Redacción Epicentro TV. (2025, September 5). Gobierno rechaza creación de la Reserva Indígena Yavarí Mirim. Epicentro TV. Accessed September 5, 2025. <https://epicentro.tv/gobierno-rechaza-creacion-de-la-reserva-indigena-Yavarí-mirim-loreto>
28. Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana (AIDSEP). (n.d.). Pronunciamiento: Gobierno de Dina Boluarte da la espalda a derechos de los pueblos indígenas en aislamiento. Accessed September 5, 2025. <https://aidesep.org.pe/noticias/pronunciamiento-gobierno-de-dina-boluarte-da-la-espalda-a-derechos-de-los-pueblos-indigenas-en-aislamiento>
29. Earth Insight. (2024). Threat assessment: Oil and gas expansion endangers isolated Indigenous Peoples in Peru. Creative Commons license CC BY-ND 4.0. <https://earth-insight.org/insight/piaci-threats-oil-and-gas-peru>
30. Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible. (2025).
31. Epicentro TV. (2025)
32. Ministerio de Cultura. (2025).
33. Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible. (2024). ¿Hacia la resiliencia de las cadenas logísticas del narcotráfico y la minería ilegal? El rol de cinco proyectos viales en la Amazonía peruana. Lima: FCDS Perú. Accessed: August 5, 2025.
34. Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible. (2024). ¿Hacia la resiliencia de las cadenas logísticas del narcotráfico y la minería ilegal? El rol de cinco proyectos viales en la Amazonía peruana. Lima: FCDS Perú. Accessed: August 5, 2025.
35. Leanderson L., et al. (2023, June 5). Amazon's road to ruin: Highway threatens heart of the rainforest. *The Guardian*. Accessed July 18, 2025. <https://www.theguardian.com/environment/2023/jun/05/amazon-road-ruin-highway-threatens-heart-rainforest>
36. Hill, D. (2021, September 30). Fears for Brazil's and Peru's most isolated tribes if illegal road isn't stopped. [Substack post]. Accessed August 10, 2025.
37. Fundación para la Conservación y el Desarrollo Sostenible. (2024). ¿Hacia la resiliencia de las cadenas logísticas del narcotráfico y la minería ilegal? El rol de cinco proyectos viales en la Amazonía peruana. Lima: FCDS Perú. Accessed: August 5, 2025. https://fcds.org.pe/wp-content/uploads/2024/11/INFORME_VIAS_FRONTERAS_final.pdf
38. Ebus, B. (2024). Crisis at Tres Fronteras: How criminal syndicates threaten Amazon's future. *The Guardian*. Accessed August 15, 2025.
39. Ebus, B. (2024). Crisis at Tres Fronteras: How criminal syndicates threaten Amazon's future.

The Guardian. Accessed August 15, 2025.

40. Phillips, D., et al. (2018). Tribes in deep water: Gold, guns, and the Amazon's last frontier. The Guardian. Accessed July 10, 2023.

41. Douglas, B. (2015). Brazil's "bullets, beef, and bible" caucus wants to imprison 16-year-olds. The Guardian. Accessed July 2, 2025.

42. Alves, T. (2023). Anti-crime operation in Brazil's Javari Valley off to slow start. Brazil Reports. Accessed August 16, 2025.

43. Cultural Survival. (2025). Brazilian Congress weakens climate governance and Indigenous advocacy through devastating Bill 2159/21. <https://www.culturalsurvival.org/news/brazilian-congress-weakens-climate-governance-and-indigenous-advocacy-through-devastating-bill>

44. International Work Group for Indigenous Affairs. (2023). The Indigenous World 2023: Peru. IWGIA. Accessed September 2, 2025. <https://iwgia.org/en/peru/5102-iw-2023-peru.html>

45. Survival International. (2023). Peru & Brazil's Indigenous People join forces to combat "Genocide Bill." Accessed September 2, 2025. <https://www.survivalinternational.org/news/13697>

46. Pizarro, O. (2025). Organizaciones indígenas exigen al Congreso archivar proyecto de ley que pondría en peligro a pueblos en aislamiento. Infobae. Accessed September 2, 2025. <https://www.infobae.com/peru/2025/08/07/organizaciones-indigenas-exigen-al-congreso-archivar-proyecto-de-ley-que-pondria-en-peligro-a-pueblos-en-aislamiento/>

47. Redacción El Búho. (2025). Congreso busca modificar Ley PIACI para reducir territorios de pueblos indígenas y cuestionar la consulta previa. El Búho. Accessed September 2, 2025. <https://elbuhope/2025/08/accion-popular-busca-modificar-ley-piaci-y-recategorizar-a-pueblos-indigenas/>

48. Grattan, S. (2025). Peru considers long-delayed Amazon reserve to protect uncontacted tribes. Associated Press. Accessed September 5, 2025. <https://apnews.com/article/amazon-peru-uncontacted-tribe-indigenous-congress-logging-mining-illegal-8009e1dca894479a88ad-ca6dcaba11ae>

49. Cazar Baquero, D. (2023). Abandoned oil mess still plagues communities in the Ecuadorian Amazon. Mongabay. Accessed July 25, 2025. <https://news.mongabay.com/2023/11/abandoned-oil-mess-still-plagues-communities-in-the-ecuadorian-amazon>

50. Interview with a representative of the Nacionalidad Waorani del Ecuador (NAWE). July 2025, personal communication.

51. Nacionalidad Waorani del Ecuador (NAWE). October 2025, personal communication.

52. Kimerling, J. (2016). Habitat as human rights: Indigenous Waorani in the Amazon rainforest, oil, and Ome Yasuni. Vermont Law Review, 40, 445–524. Accessed August 24, 2025.

53. Gratton, S. (2025, September 24). Indigenous groups criticize Ecuador's \$47 billion oil expansion Plan. Associated Press. Accessed September 4, 2025.

54. Grattan, S. (2025, July 10). Ecuador approves controversial Ion protected areas, sparking legal threats. Associated Press. Accessed August 19, 2025. <https://apnews.com/article/ecuador-amazon-indigenous-mining-noboa-deforestation-d160b144549998aa8cd485db931bfd70>

55. Inter-American Court of Human Rights. (2025, March 13). For the first time, the I/A Court H.R. rules on the scope of the rights of Indigenous Peoples in Voluntary Isolation in the case of the Tagaeri and Taromenane Peoples vs. Ecuador [Press release No. 19/2025]. San José, Costa Rica. Accessed August 15, 2025. https://www.corteidh.or.cr/docs/comunicados/cp_19_2025_eng.pdf

56. La Nacionalidad Waorani del Ecuador (NAWE). (2025, August 21). Líderes indígenas de la Amazonía denuncian ante la OTCA dos años de incumplimiento del mandato popular por el Yasuní.. Accessed August 24, 2025.

57. Noticias Ambientales. (2025, May 13). Los Waorani en pie de lucha por su territorio, su selva y su derecho a decidir. Accessed September 3, 2025. <https://noticiasambientales.com/medio-ambiente/los-waorani-en-pie-de-lucha-por-su-territorio-su-selva-y-su-derecho-a-decidir>.

58. Grattan, S. (2025, July 10). Ecuador approves controversial law on protected areas, sparking legal threats. Associated Press. Accessed August 19, 2025

59. La Nacionalidad Waorani del Ecuador (NAWE). (2025, August 21). Líderes indígenas de la Amazonía denuncian ante la OTCA dos años de incumplimiento del mandato popular por el Yasuní.. Accessed August 24, 2025.

60. Kimerling, J. (2016). Habitat as human rights: Indigenous Waorani in the Amazon rainforest,

oil, and Ome Yasuni. Vermont Law Review 40., 445–524. Accessed August 24, 2025.

61. Kimerling, J. (2016). Habitat as human rights: Indigenous Waorani in the Amazon rainforest, oil, and Ome Yasuni. Vermont Law Review, 40, 445–524. Accessed August 24, 2025.

62. Kimerling, J. (2016). Habitat as human rights: Indigenous Waorani in the Amazon rainforest, oil, and Ome Yasuni. Vermont Law Review, 40, 445–524. Accessed August 24, 2025.

63. Kimerling, J. (2016). Habitat as human rights: Indigenous Waorani in the Amazon rainforest, oil, and Ome Yasuni. Vermont Law Review, 40, 445–524. Accessed August 24, 2025.

64. Alarcón, I. (2024, August 24). Los Waorani se convierten en águilas para proteger la Amazonía ecuatoriana. El País–América Futura. Accessed July 10, 2025.

65. Ionova, A. (2022, November 8). In Brazil's soy belt, Indigenous people face attacks over land rights. Mongabay. September 13, 2025.

66. Ioris, A. A. R. (2024). The genocidal trail of agrarian capitalism: Guarani–Kaiowá's struggle for survival. Race & Class, 51(4), 3–24. Accessed September 16, 2025. <https://doi.org/10.1177/00346446231182340>

67. Almada, H. K., et al. (2024). Indigenous lands and conservation units slow down non-GHG climate change in the Cerrado–Amazon ecotone. Perspectives in Ecology and Conservation, 22(2), 177–185. Accessed September 14, 2025. <https://doi.org/10.1016/j.pecon.2024.03.002>

68. Capoane, V., et al. (2024). Devastation of the cerrado of Mato Grosso do Sul and the advance of arenization in the Pardo River watershed. Discover Environment. Accessed September 14, 2025. <https://doi.org/10.1007/s44274-024-00150-1>

69. Capoane. (2024). Discover Environment.

70. Ionova, A. (2022, November 8). In Brazil's soy belt, Indigenous people face attacks over land rights. Mongabay. September 13, 2025.

71. Ioris, A. A. R. (2025). Racism and indifference in Brazil: Anti-Indigenous text, action, and sensibility. Human Arenas, 8, 655–674. Accessed September 15, 2025.

72. Angelo, M. (2020). Lack of clean water leaves Brazil Indigenous reserve exposed to coronavirus. Reuters. Accessed September 12, 2025.

73. Barbosa, B. B., et al. (2025). Food environment of traditional peoples and communities: A scoping review protocol. BMJ Open, 15(7), e101270. Accessed September 11, 2025. <https://doi.org/10.1136/bmjopen-2025-101270>

74. IWGIA. (2024). The Indigenous World 2024.

75. Castilho da Silva, M. (n.d.). Culture of Care at the Dourados Indigenous Reserve. Politics of Care: Well-Living, Indigenous Futurities, and the Protection of Biodiversity. The Ohio State University. Accessed September 11, 2025. <https://u.osu.edu/castilhodasilvasresearch/culture-of-care-at-the-dourados-indigenous-reserve/>

76. Gaia Amazonas. (2024). Indigenous Territorial Entities (ETIs). <https://gaiaamazonas.org/wp-content/uploads/2024/10/Pager-ETIs-ENG-V1.pdf>

77. Organización Nacional De Los Pueblos Indígenas De La Amazonia Colombiana (OPIAC). (2024). Informe Sobre Intervenciones Territoriales Y Afectaciones Socioambientales en la Amazonia Colombiana. https://drive.google.com/file/d/1IHEF8k-6mkqxW3io_GjjbtJ2cmv13tqW/view

78. Gaia Amazonas. (2024). Indigenous Territorial Entities (ETIs). <https://gaiaamazonas.org/wp-content/uploads/2024/10/Pager-ETIs-ENG-V1.pdf>

79. MapBiomias. (2024). <https://plataforma.brasil.mapbiomas.org/coverage/>

80. Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG). (2025). (n.d.). Observatório do Clima. Accessed September 4, 2025. <https://www.seeg.eco.br>

81. Fellows, M., et al. (2024). Demarcação é Mitigação: Contribuições Nacionalmente Determinadas brasileiras sob a perspectiva indígena. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). <https://apiboficial.org/files/2024/11/Demarca%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-Mitiga%C3%A7%C3%A3o.pdf>

82. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). (2025, August 4). NDC dos Povos Indígenas do Brasil: Documento Final. Accessed September 4, 2025. <https://s3.documentcloud.org/documents/26043562/250804-indigenous-ndc.pdf>

83. Global Alliance of Territorial Communities. (n.d.). Forging solidarity: Our 5 demands. <https://globalalliance.me/about/>

84. Tropical Forest Forever Facility. (n.d.). TFFF – Tropical Forest Forever Facility. <https://tfff.earth/>

Earth Insight



**Global
Alliance**
of Territorial
Communities